

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 40

22 de janeiro de 2019

(18,22 h – 21,30 h)

Ordem do dia: Audição do Dr. Vieira da Silva (Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, entre 2009 e 2011))

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Bruno Dias (PCP)

António Topa (PSD)

Luís Moreira Testa (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, muito boa tarde a todos.

Vamos dar início aos trabalhos da sessão de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 18 horas e 22 minutos.

Hoje temos connosco o Dr. Vieira da Silva, na qualidade de ex-Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

O Sr. Doutor recorda perfeitamente o modo de funcionamento da Comissão, tem uma intervenção inicial para fazer e, assim sendo, vamos dar início aos trabalhos.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. Vieira da Silva.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva** (Ministro da Economia da Inovação e do Desenvolvimento, entre 2009 e 2011): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é com prazer que aqui estou para colaborar com os trabalhos desta Comissão de Inquérito.

Creio que talvez pela primeira vez a audição que hoje se desenvolve foi antecedida da audição do Prof. Carlos Zorrinho, que foi meu Secretário de Estado no governo cuja gestão deste setor está hoje aqui em debate, em avaliação, e isso faz com que para mim seja um pouco difícil não estar a repetir o que já foi dito pelo então Secretário de Estado da Energia que comigo trabalhou.

Por isso mesmo, e também para não vos maçar excessivamente, irei fazer apenas algumas referências iniciais, mais de contextualização do trabalho que desenvolvemos durante esse período, e permitindo que

passemos rapidamente à fase de perguntas e respostas, de debate, que julgo que será, eventualmente, a mais significativa.

Peço, desde já, desculpa, porque estou com algumas dificuldades de natureza vocal, mas julgo que conseguirei dizer o que tenho para dizer.

Como é sabido e o Prof. Carlos Zorrinho já o disse, decerto vou dizer esta frase muitas vezes, o contexto em que exerci funções com responsabilidade na área governativa da energia foi um contexto muito particular, entre 2009 e 2011, em plena crise económica. O governo de que fiz parte tomou posse em 2009, que foi o ano do pico do que ficou conhecida como «a grande recessão». A generalidade das economias tiveram um processo de recessão económica, a União Europeia teve uma recessão superior a 4%, Portugal uma recessão de 3% e a generalidade dos nossos parceiros comerciais teve o mesmo.

Em 2009 e parte de 2010 já se assistiu a alguma recuperação e, depois, com o agravamento das condições nos mercados financeiros e a entrada numa segunda fase dessa longa crise que vivemos fizeram com que esse período fosse marcado por um contexto muito particular e onde as opções de política eram fundamentalmente marcadas pelas tentativas de reagir da melhor forma, salvaguardando os interesses nacionais, à sucessão de fatores de crise que já há pouco identifiquei.

Acresce que se pensarmos que aqui estamos a falar sobre rendas energéticas este também é um período marcado por um contexto muito particular em matéria do que era o mercado e as tendências no setor da energia, já que se iniciou ou aprofundou nessa altura um dos ciclos mais significativos da nossa história recente de crescimento do preço do petróleo nos mercados internacionais e com uma perspetiva que, aliás, parcialmente se confirmou, de projeção negativa, ou seja, de continuação do crescimento do preço do petróleo. Tudo isso marcou, obviamente, também a condução das políticas nesta área.

Se puder sintetizar, de forma o mais curta possível, a forma como o governo de que fiz parte conduziu a política nesta área, podemos dizer que ela foi, em grande medida, uma política de continuidade relativamente às grandes opções políticas que vinham do governo anterior.

Durante este período foi aprovada a Estratégia Nacional para a Energia 2020, com um conjunto de eixos que, de alguma forma, também desenvolviam e confirmavam algumas das principais apostas no plano político e económico, nomeadamente a inserção da dimensão da energia e das respostas energéticas no quadro de uma política de reação à crise e de recuperação económica, nomeadamente acentuando o papel das políticas energéticas no reforço da independência do País face aos elevados graus de importação de matérias-primas e de energia em termos gerais.

Um segundo eixo, de continuação da aposta no investimento nas energias renováveis, nas suas várias dimensões e com diferentes intensidades e diferentes escalas, mas com a Estratégia Nacional para a Energia 2020, que cobria, como se recordam e como decerto já aqui foi eventualmente referido, todas as áreas das energias renováveis, desde o reinvestimento na energia de fontes hídricas até à continuação do investimento nas renováveis ligadas ao eólico, às que começavam a ter um peso mais relevante partindo de uma base muito mais escassa, como era a energia solar, ou mesmo outras fontes que foram lançadas, algumas mesmo em termos experimentais.

O terceiro eixo assumia, na altura, como julgo que continua a assumir, um papel extremamente importante, o do reforço da eficiência do uso da energia, eficiência do uso em todos os setores fundamentais para a determinação dos volumes e valores do nosso consumo energético e que se estendiam desde a área da mobilidade elétrica à área da habitação ou da iluminação pública, por exemplo.

Um quarto eixo dessa estratégia tinha a ver com a garantia da segurança do abastecimento energético do País, num quadro que era marcado

por um processo, aliás fortemente influenciado pelas orientações europeias da liberalização dos mercados.

Um quinto eixo, provavelmente o mais relevante eixo do ponto de vista estratégico, era a defesa da sustentabilidade da política energética que, em grande medida, representava a sustentabilidade também da capacidade de elevar a nossa capacidade de crescimento.

Estes foram os eixos que se procurou concretizar na estratégia e na prática do governo de que fiz parte, na linha, na sequência, e volto a dizê-lo, das políticas que foram, essencialmente, de continuidade face às opções que vinham já de anteriores decisões políticas.

Estive a rever algumas das intervenções que fiz como responsável por esta pasta da Economia e da Inovação, julgo que era assim que se chamava, e, apenas para finalizar, gostaria aqui de reafirmar que me recordo que, na altura, o nosso défice energético, a nossa dependência externa era e continua a ser um dos principais entraves à elevação do nosso PIB potencial, ou seja, à elevação da nossa capacidade de crescer de forma sustentada.

Já há algumas décadas que esta dimensão tinha sido identificada por diversos jornalistas e investigadores, mas ela era, nessa altura, muito visível, particularmente numa fase de crescimento dos preços internacionais do petróleo. Essa dependência externa era um travão pela pressão que exercia sobre a nossa balança de pagamentos e sobre o nosso relacionamento exterior, dos mais significativos que a nossa economia tinha e, a meu ver, continua a ter, a par da dependência tecnológica e dos atrasos de desenvolvimento em matéria de qualificações. Estes são, talvez, os três principais eixos, as três principais áreas que se apresentam como áreas que dificultam o crescimento sustentado da nossa economia.

Essa consciência levou a que os governos de que fiz parte na altura tivessem dedicado a esta área uma atenção particular, nomeadamente, e

como eu já disse, na aposta na independência energética, na redução da dependência externa nesta área.

Por isso mesmo, também, e de forma a traduzir no modelo orgânico do governo esta prioridade, foi criado no Ministério da Economia o lugar político de Secretário de Estado com responsabilidade direta e principal na área da energia, o Secretário de Estado que já tiveram a oportunidade de ouvir aqui nesta Comissão de Inquérito.

Esta prioridade estratégica, esta conjuntura extremamente crítica, também no que toca às políticas energéticas e a vontade política que sustentou as políticas do governo são os fatores que explicam as opções que foram tomadas ao longo deste período que, apesar de ter sido curto, foi um período muito intenso e com desafios de enorme complexidade e muitos deles de enorme gravidade para a nossa economia.

Estou, naturalmente, à vossa disposição para me questionarem e para vos procurar esclarecer acerca das opções e das políticas que foram conduzidas e concretizadas nesse período.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Dava-lhe só nota do seguinte: no âmbito da definição do inquérito e das individualidades a inquirir, definimos uma fita do tempo em que vamos procurar acompanhar os governos. Por isso é que com todos tem sido assim, temos procurado ter primeiro o diretor-geral, o Secretário de Estado e depois o ministro.

Queria dar-lhe este esclarecimento, uma vez que fez referência ao facto de o Dr. Carlos Zorrinho ter vindo cá antes de si. Tem sido assim com os outros e, dentro do possível, vamos procurar manter este critério até ao final, sendo certo que torna-se muito complicado por vezes gerir o agendamento de todas as pessoas, mas o critério é este e vai sendo pintalgado

com representantes de empresas ou estudiosos reconhecidos pela sociedade, e são esses que têm cá vindo.

No âmbito da nossa rotação, hoje cabe ao Partido Comunista Português fazer a primeira parte do inquérito.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias por 8 minutos, sendo que, cabe sabe, é pergunta-resposta e vou procurar nunca interferir para que o diálogo seja mais vivo e mais profícuo na obtenção da verdade.

Faça favor, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Sr. Ministro Vieira da Silva.

O Sr. Ministro está cá enquanto ex-Ministro, mas, para simplificar, diremos sempre Sr. Ministro, que foi da Economia e Inovação e que é agora de outra pasta. É precisamente no sentido de lhe colocar uma primeira questão relativamente a essa sua intervenção na condição de ministro da tutela, agradecendo, desde já, a sua informação e exposição inicial que partilhou connosco, o acompanhamento, essencialmente do ponto de vista das prioridades estratégicas, das opções centrais de política energética que o governo de que fez parte preconizou nessa fase da sua responsabilidade como Ministro da Economia e Inovação entre 2009 e 2011.

A primeira questão é, essencialmente, em relação ao tipo de acompanhamento e de ação de coordenação política que o Ministério fazia em relação a esta área da energia, em particular, nessa fase.

É que sabemos que, até pelo estilo de trabalho de cada pessoa, pelo contexto político de cada momento, às vezes até por determinadas obrigações momentâneas, pode haver tal ou tal afastamento, até por deslocação ao estrangeiro, etc. e pode haver mais ou menos acompanhamento direto por parte dos ministros em relação às áreas.

A questão que gostaria de começar por colocar é no sentido de lhe pedir que nos pudesse fazer uma síntese do que era, de facto, essa articulação com o então Secretário de Estado Carlos Zorrinho, da forma como o Sr. Ministro, na altura, acompanhava estes *dossiers*, não tanto na definição das opções estratégicas, mas depois na sua concretização, ao nível da elaboração e decisão acerca de portarias que haviam de ser publicadas.

Qual era, nessa época e nessa área, o tipo de acompanhamento, de articulação e coordenação política do trabalho do Ministério que fazia enquanto Ministro?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, gostaria, em primeiro lugar, de esclarecer que a minha observação não tinha nenhum sentido crítico relativamente à vossa opção, que compreendo perfeitamente, de lógica de audição.

A minha referência prendeu-se mais com o facto de, neste caso concreto, haver uma sequência muito próxima e, por outro lado, se bem me recordo, de talvez ser a primeira vez que o lugar de Secretário de Estado da Energia ter aparecido, com essa clareza, na estrutura governativa — nem sequer no Governo anterior, se bem me recordo, existia — e, por isso mesmo, de alguma forma, dificulta-me um pouco, ou facilita-me, como entender, a exposição daquilo que foi o nosso trabalho, pelo facto de ela já ter sido feita, tanto quanto me foi possível acompanhar, e acompanhei com maior atenção possível, pelo Prof. Carlos Zorrinho.

Gostava de esclarecer que, como é óbvio, todas as decisões do Secretário de Estado da altura foram tomadas com total e completa solidariedade e compromisso da minha parte. Para o mal ou para bem, tenho alguma experiência governativa e, sempre que desempenhei cargos governativos, quer como Secretário de Estado, quer como Ministro, sempre entendi as equipas como conjuntas e coloquei sempre como condição que o

trabalho fosse sempre profundamente articulado. Portanto, acompanhei sempre, mas, obviamente, há sempre um maior envolvimento dos secretários de Estado das diferentes áreas no detalhe da concretização das políticas.

Se quiserem, para usar uma imagem simples, eu não era o primeiro-ministro de um pequeno governo para aquela área... Não; eu era um ministro da área, de todas as áreas e, se a memória não me falha, fui eu mesmo que, quando convidado para mudar de pasta, porque fazia parte do Governo nessa altura, fiz a proposta que houvesse uma reformulação — até porque o Ministério ganhou outras competências que não tinha no passado, uma delas muito pesada, que era a gestão do QREN, na altura —, considerando que era absolutamente essencial que, numa pasta com esta importância, existisse um responsável específico.

Respondendo muito concretamente à sua pergunta, o nosso trabalho era um trabalho quotidiano e de grande proximidade, não apenas na definição das linhas estratégicas e na discussão da estratégia 2020, mas também nas medidas tomadas nas diferentes áreas, umas que acompanhei com maior intensidade, outras com menos, mas todas elas foram partilhadas, até porque não estávamos a viver um momento qualquer; estávamos a viver um momento com alguma tensão, do ponto de vista político, dada a situação económica e social que se vivia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado.

Esse contexto político concreto vem dar ainda mais força, digamos, a esta questão e a esta problemática sobre o envolvimento, ou não, dos ministros, ou de um ministro da tutela, naquele que era o trabalho e o processo de decisão do Secretário de Estado que, mesmo com competência delegada, não era o único responsável pelas opções políticas.

Quando falo de opções políticas, estou a pensar, concretamente, em dois exemplos, que, sendo exemplos, têm um significado particular: a

Portaria n.º 592/2010, de 29 de julho, sobre a interruptibilidade, e a Portaria n.º 765/2010, de 20 de agosto, sobre a garantia de potência e os incentivos à construção de barragens.

Estas foram portarias, quer num caso, quer no outro, foram assinadas, única e exclusivamente, pelo Secretário de Estado Carlos Zorrinho. Daí a interrogação que surgiu e que esta matéria suscitou sobre o envolvimento, para além do Secretário de Estado, também do Sr. Ministro, no processo de decisão que levou a estas opções.

Estamos a falar de diplomas que viriam a assegurar a transferência líquida anual de milhões de euros de dinheiros públicos ou de dinheiro dos consumidores do setor energético para grupos económicos, como a EDP, a Iberdrola, a Endesa e grupos industriais como a Siderurgia Nacional, mas também de grande superfícies comerciais — portanto, não era só indústria —, e não seria compreensível que estes diplomas não tivessem qualquer acompanhamento, qualquer acordo da parte do ministro da tutela.

Apesar de tudo, há uma diferença entre a solidariedade institucional e política, que, naturalmente, os membros de um Governo têm entre si, e a responsabilidade concreta da tutela e do acompanhamento. Daí que pergunte qual foi, nessa fase, no processo de decisão que levou à publicação destas portarias, o debate ou a reflexão e a análise que o Sr. Ministro desenvolveu e acompanhou e que deu origem a estes diplomas.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Gostaria de esclarecer uma questão, apesar de não ser especialista nessa área, pois julgo que funciona assim em qualquer Governo, que é a seguinte: a partir do momento em que há uma delegação de competências de um ministro nos seus secretários de Estado, os atos legislativos da responsabilidade do Governo são obrigatoriamente assinados pelo respetivo Secretário de Estado.

A não ser assim, se eu os assinasse, estaria, de alguma forma, a revogar a delegação de competências e teria de a refazer. Isso só acontece em situações de impedimento devidamente justificadas.

Portanto, não é uma opção que se toma no momento, «assinasse esta, não assinasse aquela...» Não é isso que acontece. Assina sistematicamente, quando é da área governativa da sua responsabilidade, o Secretário de Estado e só não o faz, só é substituído, quando, por uma razão qualquer, está impedido de o fazer e aí o ministro pode, a qualquer momento, naturalmente, assumir e, de alguma forma, suspender aquela que é a delegação de competências. É isso que explica o facto de essas portarias só terem sido assinadas pelo Sr. Secretário de Estado da altura.

O debate que existiu, no que toca a estas duas portarias, foi, obviamente, iniciado pelo Secretário de Estado, nos termos que ele aqui já identificou.

As portarias destinaram-se, por um lado, a cumprir aquilo que era o quadro legal existente, a cumprir o que eram os objetivos estratégicos que estavam definidos, nomeadamente aqueles que tinham a ver com o mercado interno e o mercado ibérico de eletricidade, e inseriam-se, do nosso ponto de vista, naqueles que eram os objetivos, que há pouco referi, que constavam da estratégia nacional para a energia: o objetivo da segurança no abastecimento e da estabilidade dessa mesma segurança — é o caso da garantia de potência — e a nossa vontade de construir mercados ibéricos na área da energia, neste caso da eletricidade, com a perspetiva, que, infelizmente, tem tido obstáculos sérios, e está, hoje ainda, na ordem do dia, de que esse mercado pudesse ultrapassar a fronteira dos Pirenéus, pois só assim fará verdadeiramente sentido a construção de um mercado interno na área energética.

A portaria não vem inovar, desse ponto de vista, vem concretizar as orientações estratégicas que já estavam fixadas em legislação própria e vem definir os critérios e as condições para a sua concretização.

Relativamente ao outro tema, coloca-me uma dificuldade séria do ponto de vista linguístico, já que é uma palavra extremamente difícil de dizer — interruptibilidade —, aquilo que se pretendeu, e suponho que o Prof. Carlos Zorrinho deixou isso aqui expresso de forma muito clara, com essa portaria, que, aliás, também já estava previsto em legislação anterior e também no quadro do mercado ibérico, foi assegurar condições de maior eficácia de política energética, neste caso, dirigidas às nossas empresas.

Existiam problemas sérios, nesse momento, no que toca a tensões relativamente às tarifas elétricas e existiam problemas de garantia da qualidade do abastecimento de energia a várias zonas industriais do nosso País.

Esse modelo, que não inventámos, apenas aplicámos ao caso português, permitia a melhoria da qualidade do abastecimento energético e a assunção, por parte das empresas, de comportamentos mais racionais, do ponto de vista da utilização do conjunto dos recursos energéticos disponíveis no País. Ou seja, utilizar a energia não apenas de uma forma favorável aos seus interesses económicos, mas também de uma forma favorável aos interesses globais do País.

Foi esse o tipo de discussão que tivemos, foi esse o tipo de reflexão que foi feita pela equipa governativa e que levou, obviamente, o Secretário de Estado a assinar essas duas portarias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Ministro, no essencial, a sua resposta, que agradeço, refere-se, fundamentalmente, ao conteúdo da reflexão e às questões que estavam colocadas em cima da mesa.

A minha pergunta era mais voltada para a forma como essa reflexão foi feita. Envolveu quem? Em que momento? Ou seja, uma pergunta muito objetiva: o Sr. Ministro, na altura, tomou conhecimento das críticas e das reservas que a ERSE manifestou relativamente às portarias, nomeadamente à Portaria n.º 765/2010, sobre a garantia de potência?

É uma pergunta que, já agora, agradecia que pudesse esclarecer.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Como calculará, não posso reproduzir com todo o pormenor os debates e a reflexão que foram concretizadas na altura.

Não tenho memória de ter discutido em profundidade ou de ter sido assinalada uma oposição, por parte de nenhuma das instituições que eram, naturalmente, ouvidas e o diploma cita-as, à forma como essas portarias foram concretizadas.

É muito provável que esse tema tenha estado em cima da mesa, já que, tendo sido ouvidas, é natural que os seus contributos tenham sido refletidos por parte do Governo.

Só posso reproduzir o que foi dito, só posso sublinhar aquilo que foi dito e assumir como minhas as palavras que Carlos Zorrinho aqui deixou nesta Comissão.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Ministro, compreende que a questão que estamos a colocar tem, essencialmente, a ver com o processo de decisão e com a forma como o Governo chegou àquela opção; não estamos ainda em nenhuma fase de crítica.

A questão é, muito objetivamente, esta: o Sr. Ministro, na altura, aderiu a estas razões? Não estamos agora a tratar de as qualificar. Estas opções políticas resultaram, no essencial, de uma interação entre o Ministro

e o Secretário de Estado? O Ministro teve envolvimento direto e ouviu pessoalmente a ERSE ou outras entidades?

Não sei se me estou a fazer entender, mas a pergunta tem a ver com o seguinte: se o essencial do acompanhamento do Ministro da Economia e da Inovação foi na articulação com o Secretário de Estado é uma coisa, se as questões que foram suscitadas, nomeadamente pela ERSE ou outras entidades, foram diretamente colocadas ao Ministro da Economia e da Inovação é outra coisa. Não se se me faço entender... No fundo, esta é a questão colocada.

E, já agora, para abreviar, questiono-o também em relação a outro processo que, em paralelo, estava a ser colocado sobre os concursos para a concretização das concessões no Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), que tinha a ver com a alteração de condições de mercado que entretanto eram tratadas em sede de tutela da Economia. Ou seja, a Economia tratava de questões com o setor elétrico e com aquilo que eram disposições contratuais que tinham a ver com os mecanismos existentes e, em paralelo, o Ambiente, supostamente sem o envolvimento da Economia, estava a avançar com estes concursos.

Não sei se se recorda disto e de que forma é que isto foi tratado, à época, com o senhor, na altura, Ministro da Economia.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Penso que percebi a sua questão. Não posso garantir que não tenha participado, em nenhuma dessas situações, em debates e em reflexões que envolvessem mais do que a equipa do próprio Ministério, a equipa fechada, a equipa governativa.

Mas, no essencial, era esse o tipo de funcionamento, como, aliás, julgo que é normal que aconteça em qualquer Governo.

É mais do domínio da exceção do que do domínio da regra que as consultas sejam participadas pelo ministro — as consultas, as audições, as

reflexões, com instituições que estão sob a tutela direta do Secretário de Estado ou que são acompanhadas diretamente pelo Secretário de Estado. A regra é mais que esse contacto seja feito e que, depois, seja transmitido ao membro do Governo com responsabilidade maior. Na generalidade, era isso que acontecia. Mas o que lhe posso dizer é que tínhamos um trabalho muito intenso com o Secretário de Estado e, portanto, houve um acompanhamento. Naturalmente que tive de ir recuperar a minha memória relativamente a esse período, mas esse trabalho era feito com muita intensidade. E julgo que, em ocasiões particulares, ele envolveu outros serviços também na dependência do Ministério e que, em momentos de reflexão mais global ou em momentos de reflexão mais particular, envolveu decerto a minha participação, na altura.

Conforme, julgo, o Prof. Carlos Zorrinho também aqui deixou expresso, havendo essa divisão de tutelas que acabou de referir, e muito bem, esse contacto era feito principalmente pelo Secretário de Estado da Energia com a área do Ambiente. E, conforme ele aqui disse, era feito com muita regularidade.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, o facto de eu ser obrigado a esclarecer ou a repetir perguntas prejudica um pouco a contagem do tempo que tenho para as perguntas. É que, neste caso, a minha pergunta não tinha sido quem é que era responsável no Governo por tratar dessas áreas mas, sim, como é que o senhor, Ministro da Economia, à data, considerou a correção ou a incorreção de haver uma matéria diretamente relacionada com as questões de política energética a ser tratada, única e exclusivamente, na área do Ambiente. Tinha a ver com essa questão dos concursos para as barragens. Não sei se me fiz entender.

Tenho uma última pergunta e, depois, tenho um pedido a fazer ao Sr. Presidente e à mesa. A pergunta está relacionada com as receitas resultantes das concessões de centrais renováveis, especialmente hídricas, por

pagamentos antecipados dos promotores. Isto passa-se no final do ano de 2010, em que havia o balanço de perto de 1000 milhões de euros arrecadados nestas concessões.

Gostava de lhe colocar uma questão sobre a decisão e a forma como se chegou à opção política de encaminhar esta verba não para a redução das tarifas e dos custos com a energia para as populações e para as empresas, para o abatimento da dívida tarifária, mas, sim, para o Orçamento do Estado. Como é que essa questão foi equacionada e debatida? Foi em Conselho de Ministros? Foi tratada só no seu gabinete? Esta é a minha última pergunta desta ronda.

Sr. Presidente, se me permite, tenho um pedido a fazer ao Sr. Presidente e à mesa que tem a ver com este debate. Penso que se, durante esta reunião, conseguirmos localizar o documento fará muita diferença. Tem a ver com esta questão que coloquei há pouco sobre a ERSE e a posição da ERSE, que já tinha sido equacionada na reunião anterior.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, sugeria o seguinte: primeiro, iríamos ouvir a resposta do nosso convidado. E, depois, o Sr. Deputado fará uso da figura da interpelação à mesa, diz-me qual é o documento, seguimos com as perguntas dos outros grupos parlamentares e os serviços vão procurar localizar isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem, Sr. Presidente.

Farei a interpelação no final da resposta do Sr. Dr. Vieira da Silva.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Dr. Vieira da Silva.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Se percebi bem, a sua primeira questão era se me parecia que a condução da política, no que toca às barragens e à concessão das barragens, seria da responsabilidade do membro do Governo com a tutela do Ambiente, sendo que uma das funções das barragens é a produção de energia. Só que, Sr. Deputado, essa é uma das funções das barragens, e não a função das barragens. As barragens, como todos sabemos, são, em geral, multifuncionais. Há até algumas que se chamam «empreendimento de fins múltiplos».

Portanto, a aprovação do Plano de Barragens, tanto quanto me recordo, foi uma decisão do Governo. Na concretização desse Plano, a prioridade que atribuía à área ambiental uma função central nessa concretização não me parece muito discutível, já que na concretização desse Plano as questões que relevam do ordenamento do território, do ambiente, etc., são questões absolutamente decisivas para o tipo de decisão que é tomada acerca da construção ou não construção de uma barragem, para o tipo de opções que aí se concretizam. Sendo que isso tem a ver com uma política global que foi definida anteriormente e que englobava, também ela, a dimensão energética, como é óbvio.

Portanto, não tenho ideia que, nessa altura, isso tenha sido algo que tenha provocado alguma particular dificuldade, já que correspondia a uma opção política global.

Sr. Deputado, a sua pergunta acerca da utilização dos montantes que foram transferidos para o Estado pelas concessionárias de estruturas produtoras de energia do mais variado tipo penso que já foi aqui respondida pelo Prof. Carlos Zorrinho, aquando da sua audição. Não me recordo de que tenha havido uma decisão formal no sentido de que essas verbas, que eram receitas do Estado... Por norma, não há receitas de um setor — e quando não há receitas de um setor, há uma consignação dessas receitas —, essa é mais a exceção do que a regra. A regra é as receitas que o Estado tem serem

receitas do Estado e, portanto, integrarem o perímetro orçamental no seu todo.

Obviamente que seria hipócrita da minha parte se aqui pretendesse refugiar-me apenas nestas dimensões mais de natureza metodológica, se quiser, e não trouxesse aqui à tona aquelas que eram dificuldades sérias e objetivos de interesse nacional de equilíbrio das contas públicas ou diminuição do desequilíbrio das contas públicas. É claro que essa dimensão, nomeadamente na negociação das concessões, foi decerto uma dimensão que esteve presente.

Agora, volto a dizer: na minha ótica, não me parece uma coisa que fuja à regra geral, porque é assim que acontece, com raras exceções, na nossa prática orçamental, na nossa prática de gestão da coisa pública.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, as outras perguntas ficarão para a segunda ronda. Agora, quero só para fazer um pedido ao Sr. Presidente que tem a ver com esta matéria da posição da ERSE relativamente à portaria da garantia de potência. No acervo de documentação da Comissão de Inquérito, nós temos uma mensagem de correio eletrónico da ERSE, dirigida ao assessor do então Secretário de Estado Carlos Zorrinho, que remete para um parecer da ERSE acerca do documento, do projeto de diploma. Ora, a carta da ERSE, dirigida a esta Comissão de Inquérito, de 11 de setembro de 2018, diz explicitamente que o parecer pronúncia da ERSE foi para a Comissão de Inquérito. Talvez seja dificuldade nossa, mas, pelos vistos, não é só nossa a dificuldade, porque não está a aparecer este documento. Então, nós pedíamos ajuda no sentido de que se apurasse se o próprio parecer existe ou não, porque é o assunto que está em cima da mesa, nesta discussão.

O Sr. **Presidente**: — Já percebi, Sr. Deputado. Vamos tentar ajudar durante o período em que decorre esta reunião e, depois, se não aparecer, volta a questionar-se a ERSE sobre onde é que ele está.

Cabe, agora, ao Partido Social Democrata formular as questões. Tem a palavra o Sr. Deputado António Topa.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Presidente, queria cumprimentar e saudar o Sr. Dr. Vieira da Silva e também os colegas Deputados e Deputadas.

Sr. Doutor, na audição do Prof. Carlos Zorrinho, seu Secretário de Estado, na altura, foi por ele referido que o ministro esteve sempre a par das questões e das matérias implementadas e a implementar na área da energia, durante o tempo em que exerceram funções.

Sr. Dr. Vieira da Silva, em 2007, o Estado privatizou 19% do capital da REN, através da primeira fase da oferta pública de venda, que lhe valeu um encaixe de 275 milhões de euros. Em várias declarações à imprensa, o Ministro das Finanças de então, o Dr. Teixeira dos Santos, anunciou uma intenção de promover uma privatização adicional a curto prazo, no sentido de reduzir a posição do Estado a 20% do capital da REN, em linha com a situação da congénere espanhola.

O Sr. Dr. Vieira da Silva integrava, então, o mesmo Governo, embora com outra pasta. Recorda-se de qual era a sua opinião pessoal sobre a privatização da REN? E de que forma a expressou no Conselho de Ministros, onde este tema foi debatido?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, com toda a sinceridade, se o tema foi debatido no Conselho de Ministros, eu não tenho a memória suficiente de todas as reuniões do Conselho de Ministros em que participei para me lembrar se existiu um debate acerca dessa previsão, ou dessa vontade, ou dessa expectativa, que o, então, Sr. Ministro das Finanças terá

expresso e que agora não me parece que seja muito relevante estar a comentar. Agora, aquilo que eu tive foi de assumir responsabilidades num quadro que não era esse, não era o do Estado minoritário na REN, não foi essa a situação que vivi, foi uma situação diversa e foi, face a essa situação diversa, que a equipa governativa do Ministério da Economia e da Inovação, tomou as decisões que tomou e desenvolveu as políticas que desenvolveu. Quanto às expectativas que o então Sr. Ministro das Finanças teria, não me parece relevante estar agora a comentá-las e sinceramente não me recordo que elas tenham sido discutidas, mas é provável que sim, que tenham sido discutidas em Conselho de Ministros.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Quando o Sr. Doutor chegou ao Governo, a renda dos terrenos do domínio público hídrico era zero. Todavia, com a publicação da Portaria n.º 542/2010, o valor daquelas rendas passou para cerca de 20 milhões de euros anuais a pagar à REN.

Que razões o levaram a promover esta alteração?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Obrigado, Sr. Deputado. Mais uma vez, a resposta que posso dar é exatamente igual àquela que o Prof. Carlos Zorrinho deu na reunião em que aqui esteve presente.

Estes terrenos, aquando da integração no património da REN, foram integrados sem nenhuma rentabilidade. Sendo a REN a empresa que era, com as características que tinha, foi entendido pelo Governo, na altura, face às diferentes propostas, que a REN fez ao Governo e que também já aqui foram adiantadas, que algumas foram adequadas, outras não. Em relação a essa foi considerado que, estando no balanço da REN um património significativo, fazia sentido que tivesse um determinado tipo de remuneração para que a REN pudesse cumprir melhor os objetivos de ser uma empresa eficaz ao serviço da política energética que o País tinha e que nos parecia adequada.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Ministro, o ex-Presidente da ERSE, Eng.º Vítor Santos, disse nesta Comissão que existira um parecer sobre esta matéria das rendas do domínio público e que o mesmo era desfavorável. Corroboro a posição do Deputado do Partido Comunista Português porque, na verdade, procurámos também esse parecer e não o conseguimos encontrar. É provável que também esteja cá e que talvez não o tenhamos encontrado porque os documentos começam a ser muitos.

Foi dito pelo Eng.º Vítor Santos que o parecer da ERSE, em relação a esta matéria das rendas dos terrenos do domínio público hídrico, foi desfavorável.

A privatização da REN ocorrida em 2007 considerou no seu preço o mecanismo de cálculo das rendas do domínio público hídrico tal como este era antes das alterações promovidas pela referida portaria. Ora, a alteração determinada por esta Portaria n.º 543/2010, no seu mandato, resultou num benefício extraordinário para os acionistas da REN de cerca de 20 milhões de euros anuais. Isto, claro, a expensas de um sobrecusto, no mesmo valor, aos consumidores de energia.

Neste caso não se verificou o habitual mecanismo de desorçamentação, ou seja, de uma transferência do valor do bolso dos consumidores de energia para o Orçamento do Estado, mas, sim, mais grave, a uma transferência direta do bolso dos mesmos consumidores para o setor empresarial privado. Gostaria de pedir a explicação desta medida à luz do interesse público.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Conforme já aqui ficou claro, considero um pouco excessivo considerar que a REN, na altura, integrava o setor empresarial privado, já que não era essa a composição dominante do seu capital.

Em todo o caso, aquilo que foi explicado nesta Comissão, e que corroboro plenamente, foi que se considerou que, existindo esse património que tinha feito parte do processo de transformação e de privatização parcial da REN, era razoável que tivesse uma remuneração que não se destinasse a qualquer fim diferente do que dotar essa empresa, que é extremamente importante no nosso sistema elétrico, de meios suficientes para conduzir uma política que a afirmasse como um dos pilares de uma política energética segura, sustentável e com objetivos associados ao desenvolvimento do País.

Foi essa a fundamentação e foi essa a razão de interesse nacional e não de interesse particular: dotar uma empresa estratégica no setor elétrico dos mecanismos e dos recursos que a tornassem o mais eficaz possível na concretização desses mesmos objetivos.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Ministro, uma das medidas inscritas no PEC IV, em 2011, já o senhor era Ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento, era a da privatização de 100% do capital da REN.

O Sr. Ministro tem conhecimento da inclusão desta matéria da privatização de 100% do capital da REN no Memorando?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Julgo que o Memorando de Entendimento é do conhecimento público, não é do meu conhecimento pessoal.

O Sr. **António Topa** (PSD): — No PEC IV!

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Ah, no PEC IV! Não me recordo dessa posição presente no PEC IV. Não me recordo, sinceramente.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Ministro, o leilão das barragens do Plano Nacional de Barragens foi concluído durante o seu mandato enquanto Ministro da Economia.

Pode dizer-me se tem conhecimento de qual foi o valor arrecadado. Qual foi o destino desse valor? Foi aplicado diretamente a favor dos consumidores de energia ou foi para o Orçamento do Estado?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Julgo que já respondi a essa pergunta. Não tenho aqui o valor exato. A Comissão tem todas as condições para o obter. Se for necessária a minha colaboração, dá-la-ei.

Mas já expliquei que a lógica era que o conjunto de receitas do Estado fossem integradas no Orçamento do Estado ao serviço do interesse do Estado e do País. Volto a dizer, essa é por norma a regra que se aplica a todas as receitas do Estado, a não ser que a lei especifique em sentido contrário e faça a consignação e de receitas a uma qualquer outra função que não as despesas globais do Estado.

Julgo que colocar em contradição os interesses dos portugueses que se consubstanciam na existência de contas públicas tão equilibradas quanto possível, com a situação de um setor isolado parece-me um pouco excessivo, em particular na situação em que o nosso País vivia na altura.

A prioridade era dada ao equilíbrio das contas públicas e à redução do défice, pelas consequências que tinha sobre o nosso nível de endividamento ou o financiamento da nossa economia, sobre o financiamento das nossas empresas, das nossas famílias, que todos conhecíamos e que se veio a transformar num dos problemas mais sérios da nossa vida coletiva nas últimas décadas.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Relativamente a esta matéria, foi aqui referido pelo Dr. Carlos Zorrinho que o Governo de então anunciou que parte

da receita dos leilões, no âmbito do Plano Nacional de Barragens, que renderam mais de 600 milhões de euros aos cofres do Estado, reverteria para uma redução da dívida tarifária.

Todavia, o Dr. Carlos Zorrinho esclareceu ainda que, apesar do anúncio, o Governo sempre soube que a totalidade da verba arrecadada se destinava, como se destinou, ao Orçamento do Estado.

Gostaria de lhe colocar duas questões simples a este respeito: não vê nesta operação uma clara manobra de desorçamentação já que o valor arrecadado pelo Estado será sempre pago a prazo pelos consumidores de energia? Porque é que se refere uma coisa e se faz outra?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, julgo que já respondi da melhor forma que sei à pergunta que me está a fazer. Tenho dificuldades em entender um processo de desorçamentação. Não alcanço o sentido da aplicação dessa expressão.

Mas, Sr. Deputado, volto a referir que vivíamos nessa altura, depois da grande recessão do ano de 2009, da recuperação parcial da economia do ano 2010, um momento de agravamento significativo das condições de financiamento da nossa economia no seu todo, no Orçamento do Estado, das empresas e das famílias.

Portanto, algumas medidas de mitigação desses desequilíbrios foram consideradas, pelo Governo da altura, decisivas para que Portugal pudesse responder da melhor maneira possível aos desafios que estavam colocados.

Julgo que não estamos tão distantes desse momento para que a memória nos falhe no que toca à extensão e à dimensão da gravidade da situação que o País vivia na altura.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Ministro, em 2010, a produção de energia elétrica em Portugal estava sobretudo alocada a operadores com

contratos de disponibilidade obrigatória. A capacidade instalada e contratada à disposição do gestor do sistema já era muito expressiva.

Tendo em conta que a garantia de potência serve exatamente para promover o investimento em nova capacidade e para assegurar a disponibilidade das centrais marginalistas do sistema elétrico nacional, não lhe parece que adicionar o sobrecusto com a garantia de potência, num contexto onde já havia uma grande pressão sobre as tarifas de energia, é um preciosismo tão caro quanto desnecessário?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, mais uma vez terei de repetir o que foi já dito. Tive a preocupação de dizer, quando iniciei esta audição, que esta situação se iria repetir frequentemente. Mas, o então Secretário de Estado da Energia já respondeu de forma, julgo eu, muito cabal a essa questão que acabou de colocar.

Estávamos num momento em que os sinais que era necessário dar eram sinais de consolidação do nosso sistema energético, de coerência com o mercado ibérico de eletricidade e, portanto, foi considerado... Aliás, não foi o Governo da altura que decidiu a existência desse tipo de instrumento! É bom que se refira, porque eles vêm atrás, como sabe o Sr. Deputado.

Tenho a certeza de que, ao longo da história desta Comissão, como já ouviram todos os responsáveis, a Comissão tem, decerto, a capacidade de identificar quando é que os compromissos foram assumidos pelos diferentes Governos face aos grupos produtores de energia no nosso País.

O que posso dizer é que, durante o período em que exercemos funções, no Ministério da Economia e Inovação, não foi agravado o défice energético e procurámos seguir uma política de melhoria de desagravamento da tarifa ou, pelo menos, de não agravamento da tarifa, de evitar um acréscimo fiscal sobre a mesma e de melhorar a transparência do setor energético, sem nunca deixar de contribuir para criar condições para que as empresas investissem

naquilo que, para nós, era um objetivo de primeira grandeza, que era diversificar as fontes de abastecimento energético no nosso País.

Esse era, e provavelmente continua a ser, o maior problema do setor energético nacional: a elevadíssima dependência externa que a nossa economia, a nossa sociedade, o nosso sistema de transportes tem de combustíveis e energia importada.

Portanto, o investimento em energias alternativas, em energias renováveis e o desenvolvimento de setores económicos que pudessem beneficiar dessa aposta era o objetivo principal que norteou as políticas económicas e energéticas do Governo ao longo desse período e também no período, ainda que curto, em que exerci as funções de Ministro da Economia.

A criação de condições de segurança, de estabilidade, nessa altura, e de aproximação a um modelo ibérico de gestão das expectativas dos agentes foi o que levou às decisões que foram tomadas.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Relativamente a essa matéria, Sr. Ministro, gostaria de esclarecer que o relatório de segurança de fornecimento de energia elaborado pela DGEG, à data, refere expressamente que o sistema tinha segurança suficiente, mais do que suficiente, e que não era necessário, por exemplo, em relação à disponibilidade, estarmos a assumir estes compromissos da garantia de potência que, nos termos da Portaria n.º 765/2010, gerou um agravamento de custos na ordem dos 60 milhões de euros por ano, durante 10 anos, ou seja, de 600 milhões de euros a pagar pelos consumidores de energia.

Até 2009, tinham acabado de ser contratados aproximadamente 2000 MW de energia renovável a algumas centrais térmicas a gás natural e já estavam em curso leilões para as barragens do Plano Nacional de Barragens, investimentos esses que geraram uma capacidade instalada no sistema que muitos consideram excedentária, ainda hoje.

Qual era a necessidade de lançar um instrumento da garantia de potência para promover o investimento em infraestruturas que já estavam executadas ou em execução ainda antes da existência de qualquer incentivo? Não se poderia ter atrasado um pouco mais a concretização deste incentivo de modo a não incentivar investimentos que já estavam executados ou em execução e, assim, poupar 600 milhões de euros aos consumidores de energia?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, não creio que o Governo, na altura, tenha criado nenhum quadro legislativo próprio e adicional àquele que existia, das responsabilidades do Estado para com os operadores privados. Apenas se limitou a concretizar os compromissos já assumidos pelo Estado.

Em todo o caso, gostava aqui de reafirmar a posição de que a continuação do investimento nas energias renováveis não era, a meu ver, uma aposta cuja consistência, coerência e interesse estratégico devessem ser postos em causa.

Portugal conseguiu, durante um número relativamente reduzido de anos, recuperar algo que, a meu ver, era absolutamente essencial: a capacidade de se colocar num lugar privilegiado no radar do investimento das energias renováveis. Julgo que, ao fazê-lo, foram tomadas das decisões mais importantes para o nosso presente e para o nosso futuro, por sucessivos Governos e em diferentes momentos.

Hoje, temos uma redução significativa da dependência energética.

Sabe, Sr. Deputado, na altura, usava muitas vezes um exemplo que me veio à memória quando preparava esta vinda à Comissão. Creio que em sete anos da primeira década do século XXI o défice energético era superior, e por vezes era quase o dobro, do saldo de toda a atividade turística no nosso País. Conhecendo a importância que a atividade turística tinha, já nessa

altura, isto diz bem da sangria de recursos para a nossa economia que a independência energética externa tinha.

É só consultar as bases de dados do Banco de Portugal para verificar que, durante a primeira década do século XXI, em quase todos os anos, o défice energético de combustíveis, essa linha da nossa balança de pagamentos, era sempre superior à linha da balança de pagamentos que expressa o saldo sempre positivo do setor do turismo.

Volto a dizer: isto diz bem da dimensão do problema que tínhamos na nossa economia, e que continuamos a ter. Felizmente, o setor do turismo tem hoje um contributo bem superior, não apenas porque cresceu muito, mas também porque, por via das políticas desenvolvidas, diminuiu o peso do défice energético no conjunto da nossa balança de pagamentos.

Foi essa a razão que levou à concretização dessas políticas. Hoje, poderíamos dizer que, eventualmente, o ritmo poderia ser mais acelerado ou menos acelerado. Provavelmente, também poderíamos dizer que ele deveria ter sido iniciado mais cedo ou que o aproveitamento dos recursos hídricos esteve durante décadas abaixo daquilo que deveria ser a prática de um país que pretende ter autonomia energética.

A posteriori, poderemos fazer todas essas leituras, mas o que é um facto é que estes dados são de tal maneira impressionantes que só podem levar à conclusão de que se houve um desfasamento temporal foi no atraso com que abordámos o problema estratégico da dependência energética.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Certo, Sr. Ministro, mas, de qualquer maneira, gostaria de dizer que, na portaria, esta matéria da garantia de potência aplicava-se, essencialmente, à produção em regime ordinário. Não se aplicava à produção que tinha CAE e CMEC e, porventura, à produção sobre as energias renováveis.

Aplicava-se, essencialmente, a uma remuneração ou a um investimento, muitas vezes, de coisas que estavam feitas há vários anos.

Portanto, quando se cria uma determinada coisa, porque é que ela tem efeitos retroativos? Porque é que se vai atrás?

No fundo, se há uma coisa construída há vários anos e as pessoas estão a produzir energia, na minha opinião, não tinham a perspetiva desta garantia de potência. Só se houvesse um compromisso já assumido com essas pessoas, há muitos anos, no sentido de aplicar esta remuneração de acordo com a portaria!

Era só esta questão que queria referir.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Volto a dizer, Sr. Deputado, que tanto quanto me recordo, não foi o quadro legislativo que criou esse... a aplicação dessa forma da garantia da potência não foi criada por essa portaria, é anterior a ela.

Em todo o caso, aquilo que estamos aqui a discutir, a meu ver, é o interesse que tem para o País ter um sistema elétrico equilibrado, em que todos os seus agentes tenham a capacidade de reagir face às necessidades que têm o carácter de uma relativa instabilidade, e que isso faz parte da política de criação de condições de segurança para os investimentos, não só para os investimentos do passado mas também para os do futuro.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir a audição.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Testa, do Partido Socialista.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, antes de mais, aproveito para cumprimentar o Dr. Vieira da Silva. Peço-lhe que não leve a mal se, durante a audição, o tratar por Ministro, uma vez que hoje em dia ocupa essas funções e que foram também

essas funções, num período diferente, é certo, que o trouxeram aqui para responder a um determinado conjunto de questões.

Antes de mais, depois de já ter ouvido as interpelações de dois grupos parlamentares e depois de ter ouvido as suas respostas, bem como a sua intervenção inicial, gostaria de lhe perguntar o seguinte: tendo em conta o dado — que poderia ser apenas simbólico, mas a mim parece-me mais do que simbólico — de, pela primeira vez, a energia assumir uma secretaria de Estado em pleno, ou seja, não partilhada, à altura, a política energética assumia não só um desafio central para o Governo, mas também um desígnio para o País?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, julgo que a melhor prova, se dúvidas houvesse, é a de que esse ato, mais ou menos simbólico — como disse e muito bem —, de criar na orgânica do Governo uma responsabilidade específica com um membro do Governo para a área da energia passou a ser uma prática corrente, creio. Não sei se nos Governos seguintes houve algum que não tenha tido um Secretário de Estado da Energia, mas é essa hoje a realidade.

Não quer dizer que isso seja condição absolutamente essencial para haver uma boa política de energia. É apenas uma opção de orgânica do Governo que tem, também, um significado político, como é óbvio!

Quando se opta por uma estrutura e por uma designação, até, dos ministérios... Há muitos exemplos na história, nacionais e internacionais, de como o nome da coisa não é indiferente à coisa! Não vamos entrar por aí, mas, obviamente, que esse foi um sentido...

Permitam-me que gaste dois ou três minutos para falar um pouco sobre a filosofia do tema: o que é que a criação de uma área governativa com responsabilidade numa área faz de diferente face à existência de uma área dentro de uma área governativa?

Faz com que o debate se faça de uma forma mais alargada, que a decisão se tome numa dimensão potencialmente mais rica, com maior intervenção de atores governativos.

É o mesmo quando se funde um ministério! Muitas das decisões de um ministério fundido passam a ser tomadas dentro desse ministério e fora, num debate de Conselho de Ministros. Quando se abrem áreas governativas com presença no Conselho de Ministros, para muitos dos assuntos, o debate tem de ser feito no âmbito do Conselho de Ministros e, portanto, é um debate mais alargado e mais rico.

Assim é, também, em qualquer ministério. Quando, ao nível dos secretários de Estado, se abrem mais áreas governativas, isso faz com que a participação do ministro nesses debates seja mais intensa e, tendencialmente, mais qualificável. Depois, se é qualificada ou não, é o tempo que o diz!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — A minha questão tinha, essencialmente, a ver com o objetivo que era destinado pelo Governo de então, naquilo...

Por acaso — se me permite, também, gastar alguns segundos para falar de terminologia —, hoje, a pasta tem uma terminologia diferente: da transição energética.

O objetivo, à altura, também já compreendia esse desígnio, de possibilitar a utilização de recursos endógenos nacionais que nos permitissem sermos libertos desse défice na balança de pagamentos pelo consumo energético, e isso tornava a aceleração de um investimento nas nossas fórmulas de produção energética numa preocupação central?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Julgo que sim. Obviamente que o debate... não quero estar aqui a entrar em grandes reflexões conceptuais ou estratégicas, mas julgo que, nas opções políticas que se colocam a um

Governo em Portugal, no que toca às questões energéticas, acumulam-se hoje mais fatores explicativos e até de tensão do que há umas décadas.

A questão da energia aparece de uma forma muito clara, nos anos 80 do século passado, como um bloqueio ao desenvolvimento económico e à capacidade de modernização da economia, por via da enorme dependência externa e das consequências que ela teve, várias vezes, na existência de crises cambiais. É neste quadro, por esta via, que as questões energéticas ganham um protagonismo que até aí não tinham, no debate moderno, pelo menos em Portugal.

Obviamente que, depois, permanecendo sempre esta importância de contribuir largamente para a dependência externa e, portanto, para as condições de desequilíbrio das contas externas, aparecem novos fatores que vêm reforçar a centralidade das políticas energéticas, e cito dois.

Um é aquele que tem a consciência da necessidade de mudanças profundas na organização económica social das modernas comunidades, em função da agenda climática. Ela está hoje no centro dos debates políticos, como todos sabemos, à escala global, mas se formos ver — por acaso tive essa curiosidade, pois já não me lembrava —, um dos pontos-chave identificado na Estratégia Nacional da Energia 2020 já liga, precisamente, às alterações climáticas.

Depois, um terceiro fator que reforça a importância deste setor, para além das questões da dependência externa e para além das questões da necessidade de transformação da nossa economia em virtude dos impactos das mudanças climáticas, é a possibilidade que é identificada no nosso País de desenvolver um setor ou setores da atividade económica com elevada capacidade e com um índice elevado de modernidade associados à energia.

É verdade que isso tinha acontecido numa fase da industrialização tardia da primeira fase do Estado Novo, precisamente com as barragens, mas volta a assumir uma centralidade grande com a possibilidade de Portugal

desenvolver um *cluster*, ou mais do que um *cluster*, de atividades económicas organizadas em torno da produção e da distribuição de energia.

Julgo que é assim que devemos entender as opções políticas que foram tomadas.

É certo que a grande recessão e a crise das dívidas soberanas vieram tornar muito mais complexa esta opção. Vieram, por exemplo, introduzir desfasamentos temporais muito significativos na estratégia da mobilidade elétrica, eventualmente até alteraram algumas das suas dimensões, mas estas três dimensões são hoje dimensões estratégicas e já o eram na altura que estamos agora a avaliar, a esta distância de quase uma década, mas a realidade hoje — se me permitem esse pequeno salto, não é para isso que aqui estou — vem confirmá-las como sendo dimensões estratégicas decisivas.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Ministro, a constituição do MIBEL colocou desafios às governações e às economias nacionais de ambos os lados da fronteira, que deviam pretender uma equiparação de modelo não só no edificado jurídico mas também no comportamento económico, que, até então, não existia.

Desde logo, houve um mecanismo, que está na ordem do dia, que é a garantia de potência. É aqui abordada muitas vezes uma portaria, mas o edificado jurídico não começa numa portaria. O edificado jurídico tem uma trajetória, tem uma história, e, neste caso, começa depois das negociações, começa com um decreto-lei, o Decreto-Lei n.º 264/2007, que permite *a posteriori* a publicação e a promulgação de uma portaria que vem definir este quadro.

Mais do que encontrar as origens da garantia de potência, gostaria, se fosse possível, que nos colocasse perante a informação de como é que se obedeceu à necessidade de encontrar paralelismos entre as duas realidades

para a constituição deste mercado ibérico e, também, do projeto que ele que nos desafiava para o futuro, uma vez que ainda não está completo, porque, como bem disse, a necessidade da existência das interligações através dos Pirenéus também se coloca como fator decisivo para o seu desenvolvimento e para a sua implementação.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, mais uma vez, sem querer entrar em especificações de natureza mais técnica ou tecnológica sobre a evolução dos mercados e a evolução dos usos e da produção de energia, o que sabemos é que uma das razões que levou à enorme dependência que Portugal tem, teve, desenvolveu e aprofundou durante muitos anos, do ponto de vista energético, tem a ver com o facto de Portugal ser um País que utiliza abundantemente um dos poucos recursos energéticos que é transacionável sem fronteiras, que é, precisamente, os hidrocarbonetos, é o petróleo ou é o gás natural.

A construção de alternativas, volto a dizer, que a realidade nos impõe do ponto de vista dos recursos, do ponto de vista dos recursos do nosso planeta, do ponto de vista do impacto climatérico e ambiental, e do ponto de vista da nossa própria situação económica, implica a capacidade de construir alternativas de produção de energia que tenham, também elas, a capacidade de serem transacionáveis, senão ficaríamos sempre dependentes de sistemas que são complexos e críticos, ficaríamos dependentes de um mercado que não permite o desenvolvimento total de uma nova atividade enriquecedora da nossa base económica.

Por isso mesmo, a construção do mercado ibérico e, fundamentalmente, a capacidade de o transformar num agente ativo no mercado global é o que está agora a ser discutido com outros países, nomeadamente com a França. É precisamente a construção desse mercado

que vem permitir dar dimensão e ganhar capacidade de racionalidade económica a este setor.

Isto não se faz de um momento para o outro, como é óbvio. A garantia da segurança do abastecimento e da estabilidade do abastecimento não é compatível, nem é possível tecnicamente, com um estalar de dedos. Não é dizendo: «Agora substituímos a produção com base em hidrocarbonetos, a produção elétrica, por uma produção de outro tipo». Não. É um processo lento e complexo do ponto de vista do diagrama dos consumos e das produções de energia.

Por isso mesmo se justifica que, ao mesmo tempo que se incentiva a introdução no sistema de outras fontes primárias de energia, se garanta que as fontes de produção de energia que ainda são atuais...

O Sr. Luís Moreira Testa (PS): — Tradicionais.

O Sr. Dr. Vieira da Silva: — ... ou convencionais continuem a ter condições de garantir o seu papel.

O Sr. Luís Moreira Testa (PS): — Sr. Ministro, falou-se já aqui da questão da tarifa social, querendo-se ou não que ela fosse correlacionada com a garantia de potência.

Acho que o Sr. Ministro já remeteu para a resposta que tinha sido de alguma forma dada e teve a oportunidade de esclarecer o seu ponto de vista sobre esta matéria.

Contudo, o que acho necessário ser trazido como esclarecimento a esta Comissão é se, de alguma forma, a tarifa social terá representado, na ótica de quem a implementava, ou se havia sequer essa perceção, de que ela poderia representar um acréscimo na fatura da eletricidade dos demais consumidores, ou seja, daqueles que dela não beneficiaram. Isto é, no quadro

de quem implementava este programa da tarifa social, o objetivo não era que os eletroprodutores a suportassem exclusivamente com o rendimento da sua atividade? É que, de acordo com a nossa leitura dos normativos que estão à disposição e de todos os documentos a que tivemos acesso, era esse o objetivo, era que os eletroprodutores pudessem suportar a tarifa social com o rendimento da sua atividade.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, por razões que são facilmente compreensíveis, quando assumi esta pasta há uns anos, vinha precisamente da área onde estou hoje, do trabalho e da segurança social, e este foi um tema ao qual dediquei uma particular atenção, já que algumas das soluções técnicas implicavam com instrumentos e modelos que tinham a ver com a pasta que tinha assumido no Governo entre 2005 e 2009.

O que lhe posso dizer é que a razão de ser da criação da tarifa social foi aqui bem explicada pelo então Secretário de Estado Carlos Zorrinho. Ela tinha a ver com o facto de haver uma consciência por parte do Governo — como está explicado, aliás, no preâmbulo do diploma que cria a tarifa social — da existência de um risco de fragilidade no acesso ao consumo elétrico por parte de um conjunto de setores da população portuguesa, que tinham na altura, e que têm hoje, uma situação económica social mais desfavorável.

A tarifa social tem essa e apenas essa razão, a consciência de que há uma pressão sobre o custo da energia, que essa pressão pode ser de natureza estratégica, pelas razões todas que já aqui desenvolvi, e que valia a pena existir uma diferenciação positiva no acesso a esse bem, que é um bem essencial nas sociedades modernas, por parte de setores significativos da nossa sociedade.

Por razões que foram explicadas e que não vou aqui desenvolver, não foi atingido o número que hoje foi alcançado pela tarifa social, mas não foi

por falta de vontade política, foi porque os instrumentos de que dispúnhamos na altura não permitiram que esse valor, ou um valor próximo, fosse atingido.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Ministro, a tarifa social, por um lado, assume-se de forma mais significativa como um instrumento de política social, ou seja, de combate àquilo que é hoje apelidado, penso que na altura também, de «pobreza energética», uma vez que existia uma limitação no acesso à disponibilidade energética por parte de um conjunto significativo de famílias em Portugal, aliás, como ainda hoje acontece, infelizmente. Por outro lado, podemos admitir que também significava, no outro prato da balança, um incentivo ao consumo, porque se existe disponibilidade para se consumir mais energia... Ainda que, de acordo com este mecanismo, também exista um maior consumo e, portanto, os custos marginais de produção energética eram, de alguma forma, preenchidos por esta evacuação na produção?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, essa é uma boa questão. Não sei se serei capaz de equacioná-la em todos os seus pontos.

O que lhe posso dizer é que, em particular com a dimensão que teve quando foi lançada — estamos a falar do início do lançamento da tarifa social —, a razão principal era uma razão de justiça social, a de preencher uma carência que seria, provavelmente, mais difícil de ser respondida sem a criação desta mesma tarifa.

Que ela seja encaixada e que até possa, pelo aumento do consumo, vir a ser assumida sem dificuldades por parte dos grupos produtores que a legislação fixou como responsáveis pelo suporte desse diferencial, é uma boa questão. É uma possibilidade, mas não tenho informação suficiente para lhe dar a resposta, ainda que, do ponto de vista conceptual, estejamos a falar de consumos relativamente marginais no conjunto de um mercado de grande

dimensão. Ainda assim, do ponto de vista conceptual e teórico, é isso que se passa, sem dúvida.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Para concluir esta primeira ronda, gostava de lhe colocar uma questão muito concreta.

Têm sido aqui assumidas, por diversas vezes, leituras de comportamento de Governos e do próprio Estado face a empresas que hoje são de capitais privados mas que, na altura, tinham uma componente acionista ou na totalidade, ou muito forte, por parte do acionista Estado.

Aquilo que gostaria de lhe perguntar, muito concretamente, é se o Estado ou o Governo encaram uma empresa pública e, em determinadas alturas, quase com uma componente solitária no mercado de forma diferente daquela como deve ser encarada uma empresa privada e obedecendo a regras de mercado puras.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — O Sr. Deputado está a solicitar-me reflexões concetuais muito exigentes para esta hora do dia.

Risos.

Em todo o caso, em economias de mercado como a nossa, a existência de setores que permanecem ou são colocados numa lógica de interesse público — não quer dizer que não haja interesse público em todas as atividades económicas, mas, em muitas outras, a força dominante é o interesse dos seus proprietários, o interesse privado — tem, de facto, a ver com a natureza dos bens.

Essa foi, durante décadas, a forma como as economias modernas responderam a esta dificuldade, ou seja, quando se tratava de bens ou serviços públicos ou parcialmente públicos — aliás, muitos deles com uma

tendência para comportamentos do tipo monopolista —, a solução encontrada era, normalmente, a de assumir a função no âmbito, ou no perímetro, da coisa pública, da gestão pública.

As dificuldades criadas pela tendência que existiu, em particular, mas não apenas, na Europa, a partir do último quartel do século XX, de colocar no setor privado aquilo que muitos consideram bens de interesse geral levantaram, de facto, o problema de como conciliar comportamentos quase monopolistas ou oligopolísticos com o interesse público.

É aí que aparece a função do regulador e é essa a lógica que leva a que existam instituições que devem velar pelo interesse público e vigiar de forma particular o comportamento de agentes privados em setores onde eles têm uma elevada capacidade de influenciar os comportamentos económicos e mesmo os níveis de bem-estar da sociedade.

Quanto à sua pergunta, a presença do Estado no setor empresarial público é hoje muito mais residual do que era há uns anos, não tem a relevância que já teve e, por isso mesmo, têm de ser utilizados outros instrumentos para que se prossigam esses bens públicos. Na altura em que existiam essas empresas, era natural que, sem que se abdicasse da sua racionalidade económica — por isso é que eram empresas —, elas pudessem ser colocadas ao serviço do bem comum.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com as questões do Bloco de Esquerda, para o que tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Ministro Vieira da Silva, aqui, hoje, na Comissão de Inquérito.

Tenho uma certa dificuldade em compreender o fio das decisões que o Governo tomou entre 2010 e 2011 — ou melhor, desde o final de 2009, desde que o Sr. Ministro assumiu a pasta da economia e o Eng.º Zorrinho se

tornou Secretário de Estado da Energia —, à luz das dificuldades financeiras do sistema elétrico vividas na altura.

Quando o Eng.º Zorrinho veio à Comissão Parlamentar de Economia, pela primeira vez, enquanto Secretário de Estado, a declaração dele foi: «Vamos renegociar os CMEC e os CAE.» Nunca mais se ouviu falar dessa renegociação e, quando lhe perguntámos por ela, ele disse: «Na altura, não havia condições. Estávamos a entrar num período complicado e não queríamos abrir incerteza contratual.»

Portanto, existia uma consciência de um excesso de remuneração, de um excesso de garantias nos contratos CMEC e CAE e da necessidade de reduzir aquelas rentabilidades, mas também existia, digamos, uma conformação da parte do Governo com a dificuldade ou a impossibilidade — vamos admitir a impossibilidade — de fazer a renegociação desejada naquela altura.

No entanto, o que o Governo faz, logo a seguir, é atribuir volumosos subsídios que vão onerar ainda mais a fatura. Portanto, existia uma consciência de que a fatura estava carregada por excesso de garantias e o que se faz de seguida não é criar, porque eles estavam criados, como muito bem disse o Sr. Ministro, mas é decidir aplicar — porque podia a decisão ser outra — dois importantes subsídios.

Um deles era um subsídio direto à indústria, aliás, o antigo Secretário de Estado Zorrinho admitiu perfeitamente que a interruptibilidade não era uma necessidade da segurança de abastecimento, era uma decisão política de subsídio à indústria grande consumidora de eletricidade. O facto é que, apesar de não terem de ser os consumidores de eletricidade a pagar um subsídio à indústria — enfim, esse é outro debate —, o Governo decidiu colocar na fatura um reforço importante do subsídio de interruptibilidade, tendo quase duplicado o seu custo. Além disso, o Governo decidiu

concretizar a garantia de potência, que já estava estabelecida na lei, através da portaria que fixou a sua remuneração.

Portanto, perante a constatação de dificuldades e de excesso de remuneração dos produtores, foi tomada a decisão de aumentar os encargos no sistema sobre os consumidores.

No final, a última decisão do Governo, com o que penso ter sido o seu último decreto-lei no Governo, o Decreto-Lei n.º 78/2011, em face dos impactos tarifários que podia ter esta acumulação de custos — CAE, CMEC, subsídios às eólicas e, ainda, o reforço da interruptibilidade e a garantia de potência —, foi no sentido do diferimento do pagamento do sobrecusto com a PRE, com o pagamento a cinco anos do sobrecusto da PRE, que vem onerar novamente a fatura, com o juro dessa dívida tarifária.

Portanto, havia esta dificuldade patente no final deste curso: «Os aumentos de tarifa que vão resultar não são comportáveis, vamos ter de fazer novamente dívida tarifária.» Ou seja, depois do primeiro ciclo de dívida tarifária de 2007, há o segundo ciclo, em 2011, com aquele último decreto-lei que o Sr. Ministro produziu.

Não houve uma certa hesitação no caminho? Depois de se perceber que havia uma sobrecarga da tarifa e antes de se perceber que se ia ter de criar nova dívida tarifária para não haver aumentos tarifários exagerados, no meio, criaram-se estes dois subsídios, que são formas de onerar o sistema. Não concorda que houve uma certa errância da parte do Governo?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, muito obrigado pela sua questão.

Para isso, era necessário que percebêssemos... Não tenho de memória todo o conteúdo da entrevista do então Secretário de Estado Carlos Zorrinho e teríamos de entrar na cabeça dele para ver bem o que é que tinha presente na altura, relativamente à renegociação.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi um assunto discutido consigo?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, é provável que sim, mas não me lembro dos detalhes dessa discussão. Não tenho por hábito dizer que não me lembro, mas a discussão de uma entrevista de um Secretário de Estado, ainda que o seu tema possa ter importância, não é propriamente das coisas...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não era uma entrevista, era uma reunião da Comissão Parlamentar de Economia.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sim, uma entrevista ou uma resposta a uma questão.

Eu próprio já o fiz várias vezes... Olhe, comecei as minhas funções como Ministro da Economia, nesta área, precisamente com uma intervenção, ou uma entrevista que dei, sobre a questão do preço dos combustíveis. Isso levou-me, depois, a solicitar uma avaliação à Autoridade da Concorrência sobre a existência de práticas anticoncorrenciais, que concluiu pela inexistência daquilo que eu temia que existisse.

Portanto, como vê, isso acontece a qualquer um. Na altura, tive consciência da frase que disse relativamente às subidas e às descidas dos preços dos combustíveis — estamos a falar de energia — e, depois, a solicitação que fiz à autoridade competente para avaliar a existência de práticas de concertação conduziu à verificação, ou à conclusão, por parte dessa autoridade, da sua inexistência.

Suponho que o Prof. Carlos Zorrinho já tenha respondido a essa questão. Há um conjunto de decisões que são tomadas na sequência de legislação existente, de diretivas europeias, e há também um conjunto de

medidas que são tomadas no sentido de contrariar os riscos de sobrecusto ou de pressão sobre o custo da energia, desde logo, não apenas com a questão da tarifa social, que, aliás, tem um âmbito limitado, mas também com medidas que foram ao encontro de preocupações da sociedade portuguesa.

Não sou capaz de afirmar com a mesma tranquilidade com que o Sr. Deputado o fez, citando, aliás, o ex-Secretário de Estado Carlos Zorrinho, que, no que toca à medida da interruptibilidade, isso não tivesse também a ver com problemas existentes no nosso sistema de produção e distribuição de energia.

Lembro-me de, na altura, ter contactado várias empresas que tinham, de facto, problemas com a distribuição e a qualidade dessa distribuição, com os chamados «microcortes» e a oscilação da potência elétrica em atividades fortemente sensíveis, e que encararam isto como uma oportunidade de diminuir esses riscos e serem compensadas por isso mesmo.

Portanto, não creio que se possa dizer que essa seja uma operação de transferência para... Tem uma componente de interesse público, a meu ver, indiscutível, face aos riscos que me foram reportados. É certo que não andei lá com nenhum aparelho a verificar os riscos que existiam nessas empresas, mas mesmo empresas próximas de centros de consumo significativos, como Lisboa, reportavam esse tipo de problemas.

Naturalmente, para além da concretização e das obrigações que existiam, no que toca aos normativos comunitários, creio que muita da explicação para a questão que o Sr. Deputado coloca tem a ver com o curto espaço de tempo e o contexto económico, político e orçamental que vivíamos na altura.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O antigo Secretário de Estado referiu que a garantia de potência e a tarifa social a cargo dos produtores, ou seja, a definição de uma remuneração e o início do pagamento da garantia de

potência e a criação da tarifa social a cargo dos produtores foram uma negociação conjunta com os produtores, foram acordadas conjuntamente com os produtores.

É certo que a garantia de potência existia, de outra maneira, em Espanha e que existia uma expectativa — digamos que se poderia considerar uma expectativa —, criada em 2007, salvo erro, no momento em que ela foi legislada, relativamente à sua remuneração, mas a decisão de o passar a fazer é puramente política, naquela circunstância. A tarifa social foi determinada pelo desejo de criar este apoio?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, já afirmei com toda a clareza que não tenho essa leitura.

Não participei na discussão sobre a criação da tarifa social, mas a consciência e a preocupação que tive foi a de que era politicamente desejável e vantajoso que existisse um instrumento que aligeirasse a pressão sobre os orçamentos familiares de setores mais frágeis ao nível da nossa sociedade relativamente ao preço da energia, que, aliás, estava em alta em todos os mercados.

Isso não era apenas derivado da construção do nosso mercado elétrico, era também a perspetiva que se tinha, na altura, de um risco de crescimento muito significativo, que, em parte, veio a acontecer e depois não se confirmou, de uma elevação dos custos das energias primárias um pouco por todo o lado. Na perspetiva que tive, a pressão sobre as tarifas e a necessidade de aliviar as famílias conta seguramente muito mais do que qualquer outro tipo de negociação, na qual, aliás, não participei.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — No momento em que prepara o Decreto-Lei n.º 78/2011, que cria o diferimento do sobrecusto da PRE, repete, digamos, a opção que já tinha sido tomada por Manuel Pinho em 2007,

quando criou a primeira geração da dívida tarifária, de não impor a titularização dessa dívida ao consumidor de último recurso que o vai deter, à EDP.

Portanto, a EDP fica com a dívida mas não fica com a obrigação de a titularizar, podendo, e o Governo não fica com a capacidade de poder impor, no momento que considere apropriado, à EDP enquanto titular dessa dívida, a titularização, de maneira a conseguir ganhos para os consumidores no encargo dos juros.

A EDP ficou com o poder de decidir, quando fosse conveniente, em função da sua tesouraria, titularizar aquela dívida e de acumular e de incorporar no seu lucro toda a mais-valia gerada no processo de titularização de dívida tarifária, e ela não foi pequena. Desde 2012 até 2017 foram 250 milhões de euros que a EDP declarou no seu relatório e contas como mais-valia da titularização de dívida tarifária.

Se tem presente esse processo e essa discussão, o que lhe pergunto é se foi considerado, sequer, na negociação com a EDP, que, sendo esta uma dívida remunerada, o risco e o encargo da EDP por ter esta dívida no seu balanço era, digamos, um serviço remunerado, mas, por ser regulado, porque é que o Estado não conservou o poder de participar na gestão dessa dívida, de modo a poder ir diminuindo os custos para os consumidores?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Como disse, não me recordo dessa questão ter sido colocada, o que, aliás, também não me parece muito difícil de perceber, dado o contexto de financiamento em que vivíamos na altura e na eventualidade de isso vir a transformar-se numa possibilidade com interesse estratégico, do ponto de vista financeiro, olhando a esta distância, admito que pudesse existir.

Na altura, dadas as dificuldades de financiamento que se começavam a fazer sentir, tenho dúvidas de que essa questão fosse apreciada como uma

possibilidade realmente vantajosa para o Estado português, mas não me recorde de ela ter sido discutida.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, houve um pensamento de curto prazo, mas não se ponderou a hipótese de sairmos do buraco, digamos assim.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, como a vida nos ensina muitas vezes, há alturas em que o curto prazo tem um poder que não há nenhum longo prazo que consiga resolver.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas a sua resposta leva-me a perguntar-lhe então se o contorno que a lei teve, não incorporando esta possibilidade para o lado do Estado, foi fruto de uma negociação com a EDP sobre a dívida ou foi uma opção que o Governo tomou na elaboração da lei, sem essa negociação?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — O meu comentário foi acerca do seu comentário sobre o curto e o longo prazo, não teve nenhuma outra função que não essa.

Sr. Deputado, como já disse aqui o Prof. Carlos Zorrinho, as decisões que o Governo tomou eram decisões tomadas exclusivamente pelo Governo, ouvidos, naturalmente, todos os parceiros. Não tenho ideia de que tenha havido qualquer negociação especial com qualquer operador por causa desta. Decerto que terá havido consultas, terá havido auscultação, sem dúvida, mas, como sempre, nos governos em que participei e nas pastas em que tive responsabilidade, foram decisões tomadas pelos responsáveis políticos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Fiz a pergunta porque, no ano seguinte, a EDP vem a colocar esse tópico na negociação já com o Secretário de Estado

Henrique Gomes, do Governo PSD/CDS. Vem a colocar precisamente a questão da titularização ficar sempre nas mãos da EDP e a EDP poder optar sempre pela opção que lhe era mais favorável.

Finalmente, a última pergunta que queria colocar-lhe: uma das coisas que o Eng.º Carlos Zorrinho aqui referiu também foi a privatização da REN e a sua veemente oposição a essa privatização, que o teria levado à demissão do Governo se não se tratasse do memorando da troica. Ora, a privatização da EDP já estava como uma opção no PEC 4, que era da exclusiva autoria do Governo, e já na altura diversos Membros do Governo, entre eles o Ministro das Finanças, vinham, ao longo daqueles anos, colocando a privatização da REN como um horizonte para o Governo.

A minha pergunta é: qual foi a natureza do debate sobre a privatização total da REN no Governo? Isto é, tratou-se de acorrer à situação de emergência, contra a vontade da maior parte dos Membros do Governo, havendo alguns que se pronunciavam publicamente a favor dessa privatização, mas não sendo essa uma posição oficial do Governo? Não estava, de facto, no Programa de Governo a privatização da REN.

E, portanto, como é que esse debate ocorreu dentro do Governo havendo esse vazio no Programa? Havia Membros do Governo que já antes do PEC 4 defendiam essa perspectiva, outros que nos dizem que ela só ocorreu por causa da situação de emergência e outros que até nos dizem que se teriam demitido se não fosse o memorando da troica impor isto. Como é que foi esse debate? Como é que ele decorreu no Conselho de Ministros? No fundo, queria que nos contasse essa história.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, os meses que antecederam a queda do Governo do qual fiz parte, e do que está neste momento, cuja atividade está a ser avaliada, e que antecedeu, naturalmente, a discussão do Memorando de Entendimento foram períodos, como o Sr. Deputado

provavelmente se lembrará, em que afirmar que as decisões eram tomadas exclusivamente pelos governos, por qualquer Governo, é uma afirmação ligeiramente excessiva, já que a situação de dificuldade em que vários países, dos quais inclusivamente Portugal, viveram, nomeadamente dificuldades de financiamento, obrigavam a que toda a condução da política fosse feita num quadro de negociação externa muito exigente e muito dura.

Portanto, a ideia de que existe um período em que o Governo decide como quer e depois um período em que o Governo decide como a troica quer, qualquer que seja o Governo, é uma ideia um bocadinho simplista demais. Não estou a dizer com isto que seja a mesma coisa. É por isso que sempre achei, na altura, que era preferível que Portugal tivesse outro tipo de acordo que não aquele que teve a ver com um Memorando de Entendimento negociado por um Governo em gestão.

Dito isto, o que lhe posso dizer sobre esse assunto? Obviamente que várias das medidas propostas pelo Governo foram tomadas num quadro de emergência que era aquele em que o País vivia, de dificuldade de financiamento externo da nossa economia e do nosso Estado.

Há opções que se tomam sobre processos de privatização que são, muitas vezes, ditados pelo momento e pelas necessidades do momento. Se me perguntar se, estrategicamente, considero que teria sido vantajosa a permanência da REN com uma maioria do Estado, não tenho dúvidas em dizer que, teoricamente, acho que sim. Se isso teria sido possível na altura, não sei, Sr. Deputado. Mas a decisão que foi tomada derivou, inclusivamente, das decisões de todos os grupos parlamentares desta Assembleia.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Luís Moreira Testa.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sr. Deputado Hélder Amaral, tem a palavra.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Ministro, permita-me que o trate assim, é um prazer revê-lo agora, aqui, apenas e só, na condição de ex-Ministro, enquadrado no tempo.

Mas eu não queria enquadrar no tempo, porque senão temos de rever ou as comissões de inquérito ou, porventura, desistir de fazer perguntas, porque se é verdade que a audição de V. Ex.^a se circunscreve num tempo, também é verdade que V. Ex.^a fez parte de um Governo, participou em reuniões de Conselho de Ministros.

Eu até quero acreditar que a escolha do Sr. Ministro para Ministro da Economia, à data, com a criação, que nós saudamos, de uma Secretaria de Estado, tivesse a ver ou com o conhecimento da área, ou com participação em alguns *dossiers*, não deve ter sido uma mera escolha ao acaso. E porquê? Porque gostava de lhe perguntar se se lembra... Não de pormenores ou de coisas que obviamente o tempo torna difícil lembrar-se ou até porque a governação é algo complexa, e, portanto, não lhe vou pedir que se lembre de pormenores. Agora, é impossível não acreditar que a questão do défice tarifário, que originou a demissão do regulador à data; a intervenção de um conjunto de governantes, porque atirou para o futuro e para os contribuintes algo que chegou a rondar 3% do PIB, gostava de lhe perguntar se participou no Conselho de Ministros não só no reconhecimento desse problema como nas soluções desse problema.

É que se eu lhe perguntar sobre o MIBEL e a teoria geral da eficiência energética e a necessidade de Portugal ser menos dependente, V. Ex.^a já respondeu durante meia hora, e bem, e com conhecimento de causa. Se lhe perguntar, em concreto, sobre aqueles milhões que era preciso resolver, que

o regulador diz que é preciso refletir na tarifa, que o Governo diz que não pode refletir na tarifa, que originam instrumentos legislativos — Decreto-Lei n.º 165/2008 — e a Portaria que muitos técnicos diziam que devia ser de último recurso, mas foi a de primeiro recurso. Queria perguntar-lhe se participou nessa discussão, que posições teve nessas reuniões e se, pelo menos, concordou com a solução final para o défice tarifário.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, é certo que nós não podemos cortar a história em períodos estanques, mas nós estamos numa Comissão de Inquérito e eu estou aqui a ser ouvido pelas decisões que tomei no período em que fui Ministro da Economia com a responsabilidade da pasta da energia. É nessa exclusiva dimensão que aqui estou a ser ouvido.

Relativamente às restantes questões, de outros períodos e de outros momentos em que fiz parte do Governo, Sr. Deputado, apenas posso dizer que sendo decisões do Governo, são decisões que tiveram a minha participação, como é óbvio.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, estudou, avaliou, analisou, e quando fez, por exemplo, a extensão da PRE — pergunta que já lhe foi feita, aliás, já lhe foram feitas praticamente todas as perguntas, mas eu quero só ver se consigo perceber melhor —, que é um segundo momento de transferência da dívida, isso foi um ato isolado ou o Conselho de Ministros e o seu gabinete estudaram essa solução?

Há ainda outra questão, que eu também não consegui perceber, mesmo ouvindo o Eng.º Carlos Zorrinho, embora a questão seja outra: quando chegam ao Ministério o que anunciam é uma renegociação dos contratos — ele assumiu isso, está nos documentos do Ministério — depois, a explicação que dão é que não renegociaram os CMEC nem os CAE porque a conjuntura económica não permitiu.

Peço-lhe a sua ajuda para nos explicar em que momento é que isso foi discutido e quais eram as alternativas em cima da mesa; que condições económicas eram essas; porque é que a solução não foi renegociar os CAE e os CMEC e porque é que a solução foi as portarias que deram origem a garantia de potência e de interruptibilidade.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, não tenho muito a acrescentar àquilo que já respondi, porque essas perguntas já todas me foram feitas.

O Sr. Deputado colocou a questão, suponho que mesmo agora ou na pergunta anterior, sobre a razão por que assumi esta pasta. Eu assumi esta pasta com a consciência do que ela significava e, por isso mesmo, é que uma das características ou uma das opções que tomei foi a da existência não de uma Secretaria de Estado, que é algo que não existe na nossa administração, mas de um Secretário de Estado com a responsabilidade da energia.

Sr. Deputado, as respostas à sua questão, julgo, já foram dadas. Os diplomas sobre os quais fui questionado já foram explicados, na sua lógica, por que é que foram criados, já foram explicadas as dificuldades da situação económica e as questões de conjuntura, que são questões que me parece poderemos aqui desenvolver, mas que são do conhecimento de todos nós pois, de uma forma ou de outra, quase todos nós participámos nos debates desse momento e tomámos conhecimento das exigências que eram colocadas à economia portuguesa, exigências essas que não eram compatíveis com longos processos de negociação de contratos que tinham sido formulados em contextos diferentes.

É esta a explicação que já aqui foi dada pelo – e aproveito para dizer que não é engenheiro – Prof. Carlos Zorrinho e que eu apenas posso subscrever.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Se o problema fosse só trocar o título académico de Carlos Zorrinho estávamos muito bem no País; o problema é muito mais vasto.

Outro dos elementos que não percebemos – aliás, posso perceber, embora não tenha explicado – tem a ver com a degradação das condições económicas que evitaram que não se negociasse CAE e CMEC e que se passasse para outro modelo.

Esta é outra das zonas cinzentas que eu gostaria que me pudesse explicar. Foi uma decisão do ministério, foi uma decisão sua, foi do Dr. Carlos Zorrinho, foi do Primeiro-Ministro, foi do setor? Por que é que neste modelo houve retroatividade sobre a garantia de potência? Qual foi a racional dessa retroatividade?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, mais uma vez, já respondi a essa questão: o quadro legal que estava em vigor tinha essa consequência e ela foi cumprida. Essa decisão não foi imposta por ninguém; foi tomada no Governo, pelo ministro, pelo Secretário de Estado, em conjunto. Nada mais há a dizer sobre esse assunto.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu percebo a teoria do edificado jurídico e da intemporalidade.

O Sr. Doutor pediu, à data, algum parecer ao regulador, à ERSE, sobre este edificado jurídico?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, não creio que tenha existido alguma tomada de decisão que não tenha cumprido todos os preceitos legais que estavam em vigor na altura. Não posso dizer mais do que isso!

Não tenho conhecimento de nenhuma posição contrária à decisão que o Governo tomou, mas, como já disse aqui o ex-Secretário de Estado, os percursos eram aqueles que ele identificou, o caminho era aquele que ele identificou, os pareceres eram pedidos sempre que a lei os impunha e eram necessários e o Governo cedia, procurando ouvir todos aqueles que tinham relevância no setor, como acontece em todas as áreas políticas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não, Sr. Ministro. Não pode dizer: nós tínhamos de cumprir o MIBEL, nós tínhamos uma fatura de energias fósseis insuportável, Portugal tinha compromissos internacionais, o regulador participava em reuniões regulares com Espanha, porque o MIBEL não é uma coisa única, não é uma originalidade portuguesa; o MIBEL decorria da legislação europeia e decorria de reuniões, até porque havia uma harmonização regulatória entre Portugal e Espanha, e o regulador, Dr. Vítor Santos, disse aqui nesta Comissão que se tivesse sido chamado a pronunciar-se sobre a Portaria n.º 765/2010 teria recomendado vivamente ao Governo que iniciasse negociações com o Governo espanhol, no sentido de serem estabelecidos mecanismos eficientes de garantia de potência baseados em regras de mercado, baseados em esquemas competitivos, porque havia, precisamente, um ajustamento grande em relação ao mercado espanhol. Aliás, o Dr. Carlos Zorrinho falou inúmeras vezes da obrigação e da necessidade de ter um paralelismo com Espanha.

Eu não quero acreditar que o Governo tomou decisões ignorando o regulador, nomeadamente a Autoridade da Concorrência, que estava sob a sua tutela. Também não sei se isto é grave, mas diz muito é da governação e, portanto, era importante saber, porque o regulador também se queixou aqui dizendo que, em muitos momentos, foi afastado pelo Governo, por exemplo, na aplicação do Decreto-Lei n.º 240/2004 – e o senhor não era o ministro da tutela mas estava no Conselho de Ministros –, e o que não podemos é chegar

à conclusão de que o regulador diz «a culpa não é minha, porque foi afastado», o Governo diz «a culpa não é minha, porque o regulador não deu pareceres», e vivermos, no fundo, numa zona cinzenta.

Esta matéria merecia o parecer do regulador. Não sei se se revê nestas palavras do regulador, ou se acha que o regulador, à data, fez algum comentário ou não sobre estes instrumentos legislativos?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, todas as respostas a essas perguntas foram já dadas.

No quadro legal, o regulador era ouvido sempre que isso era imposto, os diplomas onde era necessário que o regulador emitisse o seu parecer eles estão citados como tal e não tenho ideia de, alguma vez, o Governo tenha decidido desprezar ilegitimamente a opinião do regulador. Mais do que isso não lhe sei dizer.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Alguma vez, enquanto ministro da tutela, achou que havia rendas excessivas, que havia desequilíbrios na transição dos CAE para os CMEC? Alguma vez considerou que havia desequilíbrios, porventura no regime das tarifas *feed-in* e no regime especial, uma vez que se continuavam a pagar, porque no seu Governo estenderam-se as rendas, nomeadamente à cogeração, e o Dr. Carlos Zorrinho reconheceu que foi um erro e que foram mais tarde corrigidas, e à biomassa.

Houve ou não excesso de voluntarismo ou excesso de boa vontade, porque houve quem dissesse, aqui, que fizemos licenciamentos a mais perante aqueles que já eram os custos que o País tinha com os CAE e com os CMEC?

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, não sei se assistiu a toda a audição, mas eu já expressei a minha opinião relativamente às opções que

foram tomadas de apoio aos diferentes investimentos – aliás, já fiz referência à cogeração, à biomassa...

Mais uma vez, temos de cotejar aquele que era o quadro previsional de evolução da nossa economia, dos consumos e da procura, quando essas decisões foram tomadas, com aquilo que foi, depois, a evolução que veio a ter lugar.

Todavia, não creio que tenha havido da parte do Governo um excesso de boa vontade; houve, sim, uma decisão política de investir na diversificação, numa forte diversificação das fontes de energia primária para abastecimento das necessidades nacionais e o Governo considerou que esse era o momento adequado para o fazer.

O Sr. Deputado identifica um conjunto de consequências negativas e está inteiramente no seu direito, mas eu também posso dizer que Portugal tem sido reconhecido, como é sabido e como é muitas vezes citado, como um exemplo de boas práticas no domínio do investimento nas energias renováveis e que, na opinião de quem conduziu essas políticas e nos diferentes momentos em que elas foram conduzidas, esse investimento necessitava de um quadro de regulação e um quadro de garantia de estabilidade do sistema eletroprodutor.

Hoje, teremos, talvez, outros instrumentos para avaliar, mas... Eu lembro-me de ter participado em diferentes discussões sobre a questão de por que é que o plano da biomassa não avançou conforme estava previsto, por que é que, em algumas áreas previstas de investimento, os resultados não foram aqueles que se estava à espera, por que é que noutros superaram as expectativas, mas quem pretende introduzir políticas, que são, em muitas dimensões, disruptivas – e não estou a dizer que foi aquele governo que fez essas políticas, algumas delas já vinham de trás –, corre sempre riscos de apreciação de excesso de voluntarismo, quando quase que, inevitavelmente, o desenho dos resultados não é aquele que esteve na sua origem.

Agora, quando isso acontece no quadro de ebulição das condições económicas e financeiras, como as que se seguiram a grande parte dessas decisões, essa divergência é mais facilmente explicável e, se quisermos, mais facilmente perceptível.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Concordo consigo quando diz que Portugal tem boas práticas, mas não estamos a falar das boas; estamos é a tentar descobrir as más – aliás, a proposta da constituição desta Comissão de inquérito nem é do meu grupo parlamentar e, portanto, é porque alguém considerou que havia más e um dia discutiremos as boas.

Também não fui eu nem nenhum ministro apoiado por mim que disse que iríamos renegociar as remunerações garantias em vigor e, depois, acabou por dar mais rendas excessivas... Também não sou eu quem o diz; são os relatórios dos reguladores. De facto, a garantia de potência e a interruptibilidade geraram mais rendas excessivas... Ou seja, entram no Governo a tentar cortar rendas excessivas e acabam a dar mais rendas...

Também não fui eu quem mais tarde – a não ser que V. Ex.º não tenha nada a ver com isso – negociou o Memorando de Entendimento. E o que diz o ponto 5.6? Tomar medidas de modo a limitar os sobrecustos associados à produção de eletricidade em regime ordinário, nomeadamente através da renegociação ou revisão em baixa dos custos de manutenção do equilíbrio contratual, vulgo CMEC e CAE.

O senhor quando chegou ao Governo disse: Ah, temos aqui rendas excessivas, vamos ter de cortar. Mas, não corta, porque houve condições que não se verificavam; pelos vistos, uns tempos depois, as condições voltaram a verificar-se, porque já escreveu no Memorando de Entendimento que teríamos de voltar a cortar nos CAE e nos CMEC.

Depois no ponto 5.7 diz-se: avaliar a eficiência do esquema de apoio à cogeração – e é verdade que foi preciso rever –, propor as opções para

ajustar em baixa a tarifa bonificada de venda, *feed-in tariffs*, e reduzir o subsídio implícito, Ou seja, durante a sua governação não se passa nada, mas, depois, quando sai reconhece aquilo que tinha reconhecido no início.

Sr. Ministro, é exatamente isto que precisamos de perceber para saber se os Governos em todo o momento tomaram ou não as decisões corretas. É que, durante esse período, se olharmos para os rendimentos da REN e da EDP, ou para os relatórios da ERSE, que nos chegaram meses depois, chegámos à conclusão que «o diabo está mesmos nos pormenores» e esses pormenores custaram muito dinheiro aos contribuintes portugueses.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Sr. Deputado, fez uma afirmação categórica ao dizer: bom, não estamos aqui para avaliar as coisas boas estamos para avaliar as coisas más e a seu tempo discutiremos as boas... A vida e a realidade da política não são assim, Sr. Deputado. As opções políticas que se tomam têm consequências, nem sempre todas no mesmo sentido.

Aquelas que foram as opções de fundo que o Governo de que fiz parte tomou em matéria de política energética foram as que citei. O Sr. Deputado chama-lhe teoria geral. Não foi teoria geral; foi uma diminuição significativa da dependência externa no plano energético; foi a criação de milhares de postos de trabalho associados ao setor eletroprodutor, que não existia em Portugal; foi um conjunto de realidades que estão muito longe de ser ficção ou teoria geral.

Se o Sr. Deputado pretende que tudo isso desapareça da história, para facilitar a sua narrativa; muito bem, está no seu direito! Eu não o faço, não o posso fazer e aquilo que fizemos, no período mais curto em que tive responsabilidade nesta área, foi tomar um conjunto de medidas, algumas delas também para reforço da transparência, algumas delas para melhorar a acessibilidade ao consumo de energia e algumas delas para concretizar – e já

expliquei porquê e não vou explicar outra vez – o que era absolutamente essencial, que era a integração no mercado ibérico de eletricidade.

Portanto, foram tomadas um conjunto de medidas no sentido de consolidar esse caminho de investimento e de alternativa energética consistente, estratégica e sustentável. Os senhores avaliarão ao longo dos vossos trabalhos, se essas medidas foram adequadas ou não.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Emídio Guerreiro.

O Sr. **Presidente**: — Terminámos, assim, a primeira ronda.

Na segunda ronda, cada grupo parlamentar usará da palavra durante 5 minutos, sendo que o Dr. Silva Vieira responderá no fim, usando o tempo indicativo de resposta global.

De qualquer maneira, como é habitual, vou tomando nota das questões para que todas elas possam ser respondidas. Sem mais, e pedindo algum rigor na gestão do tempo, passo já a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, com certeza, tenho três questões para colocar ao Sr. Ministro nesta fase.

A primeira, retomando um tema das nossas perguntas na primeira ronda, diz respeito aos concursos e, em todo o caso, à direção política que foi atribuída única e exclusivamente ao Ministério do Ambiente no que concerne às barragens, ao Plano Nacional de Barragens, e às consequências dessas decisões tomadas nesse âmbito para o quadro contratual e regulamentar do setor eletroprodutor.

O Sr. Ministro, há pouco, estava a referir-se às várias utilizações, funcionalidades e até utilizou a expressão dos fins múltiplos que é um termo que é conhecido e que existe num empreendimento com esse nome em

Alqueva, mas a questão não é essa. Sabemos que as barragens não servem só para produzir eletricidade.

Quando há impactos e consequências no plano contratual e no plano económico relativamente ao setor eletroprodutor, não quero interpretar abusivamente, mas pareceu-me que o Sr. Ministro, além de estar a referir a motivação que à data se colocava para essa decisão, parece estar a dizer que ainda hoje tem esse entendimento.

Não queria precipitar-me, por isso queria perguntar-lhe — já percebi que na altura achou bem — se, para si, ainda agora faz sentido atribuir ao Ministério do Ambiente esse tipo de decisões, sem qualquer acompanhamento ou articulação direta com a economia.

Por outro lado, queria colocar-lhe duas questões que têm a ver com, digamos, a avaliação e as consequências e os resultados das opções políticas. O Sr. Ministro, mesmo na sua intervenção inicial nesta reunião, referia, entre outras questões o carácter essencial e assumidamente de continuidade política no Governo de 2009/2011 em relação ao Governo anterior. É sobre isso que o queria questionar.

O senhor tinha sido Ministro também na Legislatura anterior, de 2005/2009, e participou nos Conselhos de Ministros com o então Ministro da Economia Manuel Pinho. Nunca se apercebeu, nessa altura, no Governo ao qual deu depois continuidade, de 2005/2009, apesar do conjunto de incidentes públicos na área da energia — a demissão de Jorge Vasconcelos da ERSE, a retirada a Castro Guerra de dossiês importantes na área da energia, nessa competência, dificuldades do Ministro do Ambiente em conhecer os estudos sobre a extensão do regime do domínio público hídrico, as ligações do Ministério da Economia e Inovação de Manuel Pinho com a EDP — da necessidade absoluta de os serviços do seu Ministério fazerem um escrutínio profundo às decisões do Ministro Manuel Pinho em matéria de energia?

Ou seja, em que medida é que a decisão de dar continuidade e de continuar pronto, não tinha, apesar de tudo, algum quadro de objeção que resultasse daquilo que o senhor, enquanto Ministro noutra tutela acompanhou no Governo? Continuidade como? Apesar de tudo já havia razões para pôr em causa essa continuidade à data! Quanto mais agora!

Finalmente, relativamente a essa avaliação política e aos resultados das opções tomadas, esse Governo a que pertenceu, e o seu Ministério em particular, apresentou, na altura, com a revisão da estratégia de Lisboa, Portugal 2020, a liberalização de todos os setores, incluindo o da energia, como a grande resposta para os problemas económicos do País e do mundo, voltou, aliás, em relação aos propósitos e motivações das decisões políticas, a falar no MIBEL como um fim em si mesmo, como um objetivo que justificava tudo ou quase tudo.

Pergunto-lhe: qual é hoje a sua avaliação sobre essa revisão das políticas, da estratégia de Lisboa, do aprofundamento da liberalização em todos os setores? Considera hoje, na altura considerava, que o MIBEL é mesmo um mercado, ou seja, que tem mais de mercado do que o nome? Daquilo que aconteceu, ao longo destes anos, também fruto dessas decisões, qual é o balanço que faz em relação a essas opções?

O Sr. **Presidente**: — Dava agora a palavra ao Sr. Deputado António Topa, do PSD.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Presidente, pus uma série de questões na primeira intervenção que fiz e fiquei bastante dececionado, Sr. Ministro.

Claro que todos sabemos que o senhor é uma «velha raposa» da política!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso é um elogio!?

O Sr. **António Topa** (PSD): — Pode ser um elogio, não é negativo.

De qualquer forma, todas as questões que lhe pus eram questões concretas e o Sr. Ministro foi-me dizendo que essas respostas já foram dadas. Penso que se referia à intervenção nesta Comissão do ex-Secretário de Estado Carlos Zorrinho.

Mas as questões que lhe coloquei eram muito concretas e essencialmente tinham a ver com a garantia de potência e, que me lembre, por exemplo, todas as instalações eletroprodutoras que existiam à data não foram aumentadas. Não se deu mais nenhuma garantia ao SEN (sistema elétrico nacional) porque os sistemas eletroprodutores que existiam em 2011, por exemplo, são os mesmos que existem agora.

O Governo anterior não fez nenhum concurso para a construção de novas unidades eletroprodutoras, o atual Governo também não fez até agora, portanto o que me parece é que se havia uma garantia de potência em termos de disponibilidade para as mesmas instalações que existem neste momento, então porque é que o Governo atual acabou com a garantia de potência?

Se as instalações são as mesmas, se o sistema é o mesmo, se as centrais são as mesmas, isto quer dizer que a garantia de potência já não era necessária na altura.

Vem falar do MIBEL, pronto, tudo bem, mas no MIBEL, por exemplo, enquanto implementámos esta garantia de potência muito antes, a Espanha só a garantiu em 2011.

Temos ouvido dizer que a tarifa social da energia é da responsabilidade dos eletroprodutores, mas o que me pareceu foi que, na altura, esta tarifa social era alavancada essencialmente pela garantia de potência.

Ou seja, quando dizemos aqui que foi criada a garantia de potência e que isso era da responsabilidade dos eletroprodutores, muitas vezes não pensamos que esta garantia de potência pode ter estado por trás da compensação a dar aos eletroprodutores pela responsabilidade de assumir a garantia de potência. E isto ficou mais caro. A tarifa social ficou mais barata do que a compensação dada pela garantia de potência.

Portanto, Sr. Ministro, essencialmente, aceito que, naquela altura, houvesse muita turbulência, é verdade. Há coisas que se dizem aqui e que, à partida, podemos fazer algumas críticas como, há bocado, o nosso companheiro do CDS disse. Não, por exemplo, os concursos do fotovoltaico, na altura, dos 120 MW. Achei bem. Acho bem.

A microgeração acho que é fundamental. A microgeração é muito importante, embora o Secretário de Estado da Energia anterior referisse na resposta a uma pergunta que lhe fiz que a microgeração eram coisinhas pequeninas e que tinham muita oferta, muitos investidores interessados em instalar centenas de megawatts no solar fotovoltaico. A microgeração é fundamental, se não for por mais nada, porque consciencializa as pessoas para estas questões da energia.

Portanto, sobre estas questões da disponibilidade do investimento, aliás, como já tinha referido aqui, o relatório da DGEG dizia claramente que se tudo funcionasse mal continuava a haver uma garantia do sistema.

Sr. Ministro, aceito que talvez ande cansado e que já não tenha paciência para responder às questões que lhe pomos, mas, de qualquer maneira, e apesar de um ex-Secretário de Estado em quem o senhor confiava e com quem trocava experiências na governação já ter respondido aqui e, talvez, o senhor tenha visto, gostávamos de o ouvir responder às questões levantadas, para além do que o ex-Secretário de Estado disse. Gostávamos que não dissesse permanentemente «todas as respostas já foram dadas».

O trabalho que fizemos, e estamos aqui para fazer um determinado tipo de trabalho, senti que foi inglório, era melhor não ter feito nada!

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Moreira Testa, do Partido Socialista.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, cumpre-me dizer que o fator de desilusão do Sr. Deputado António Topa reside na mesma origem do necessário pedido de esclarecimentos adicionais que foi feito pelo Deputado Hélder Amaral.

Na verdade, os Srs. Deputados do CDS e do PSD não se contentam com as respostas dadas pelo Sr. Ministro, porque o que buscavam verdadeiramente eram respostas diferentes para as perguntas que fizeram.

Posto isto, queria dizer o seguinte: já foi aqui utilizada demasiadas vezes a expressão de que «à segunda-feira é fácil acertar no Totobola». Recordando o objeto desta Comissão, ou seja, saber se existem ou não rendas excessivas para os eletroprodutores, Sr. Ministro, tendo em conta a terminologia que tem sido usada nesta Comissão, gostaria de saber exatamente se em relação a todas as receitas que foram constituídas àquela data e que entraram em vigor, e ainda que, hipoteticamente, se venham hoje a considerar excessivas, era possível admiti-las como excessivas naquela altura?

Porque, quando se utilizam instrumentos de política pública, utilizam-se no sentido de obter um determinado resultado que já foi aqui explicado e que, a mim, me parece verdadeiramente benéfico para a economia nacional no sentido em que teve como objetivo a criação de um *cluster* em torno da atividade eletroprodutora que não existia em Portugal. Por outro lado, constituía em Portugal um verdadeiro *mix* de produção energética que cumpria dois objetivos: utilizar recursos nacionais e libertar o País de uma

dívida na balança de pagamentos que se constituía a todo o tempo, todos os meses e todos os anos, uma vez que estávamos muito dependentes dos hidrocarbonetos.

Sr. Ministro, as metas que nos eram impostas também pelas organizações das quais fazemos parte obrigavam-nos também a caminhar neste sentido. Ou seja, hoje vivemos com metas objetivas de utilização de energia limpa que já eram consideradas àquela altura e que nos obrigavam a encontrar uma solução. Portanto, sobre o plano que foi traçado, o objetivo político que foi desenvolvido, compreendidas todas estas variantes, a questão que se coloca é a de saber se àquela data haveria outra possibilidade tão visível que merecesse abordagem no sentido de promover a utilização destas energias limpas.

Sr. Ministro, já se percebeu que mesmo aqueles que participaram na constituição de muitos dos fatores que hoje estão aqui em discussão vêm a esta Comissão e dizem: «Bem, esta componente não teve a ver connosco», esquecendo-se, invariavelmente, que muitos dos factos que deram origem à componente que é discutida em concreto tiveram origem em decisões políticas que os colocava como responsáveis políticos no lançamento dessa mesma componente.

O que me parece evidente é que se pudesse, de alguma forma, traçar uma linha esborçada, como já foi aqui traçada pelo Sr. Ministro, no objetivo político que era prosseguido, tentando, de alguma forma, prever uma coisa que era impossível de prever — essa sim, só pelo Zandinga —, o de que as medidas que foram tidas na altura tivessem hoje os efeitos que apontavam, reportando-nos àquela data, como evidentes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de eu poder corrigir uma afirmação, em que fui mais efusivo ou, porventura, mais afirmativo, que não corresponde à verdade. É que o CDS não tem nenhuma conclusão e não está a procurar responsáveis no PS, no PSD ou no CDS. Está, sim, a procurar responsáveis onde eles existirem, se é que vamos chegar à conclusão de que existiram, porque podemos chegar à conclusão de que não existiram. É, no fundo, uma avaliação da forma como se tomaram decisões. E essas estão datadas no tempo, essas têm nomes e rostos.

Eu não sei se há rendas excessivas. Perdemos muitas semanas a perguntar de onde é que surgiu o termo «rendas excessivas» que deram origem a um pedido de um grupo parlamentar para a criação de uma comissão de inquérito, aprovada por unanimidade. Ou seja, estamos todos na busca, porventura, um pouco com excesso de boa vontade da verdade, mas à data de hoje eu não consigo dizer onde é que elas estão — aliás, já ouvi de tudo. Cada vez que me aproximo de um interruptor tenho algum receio, porque já ouvi de tudo. Há os que afirmam que há, há os que afirmam que nunca houve, os que afirmam que há de certeza. Portanto, estamos a fazer um processo e nesse processo o Sr. Ministro veio aqui tentar colaborar e as minhas perguntas são mesmo no sentido de colaborar.

A mim choca-me ouvir os reguladores a dizer que os ministros foram pouco competentes, que eles avisaram.

Abel Mateus disse — consta das atas — o seguinte: «Os ministros que eram responsáveis pela elaboração dessas políticas não tiveram em linha de conta os nossos alertas.» A ERSE diz a mesma coisa. Até o Ministério Público — neste caso, a equilibrar o jogo, no tal jogo de segunda-feira, ou seja, 0-0 — diz que a AdC teve décadas para se pronunciar sobre os CMEC. Mas o regulador, o tal que era da sua tutela, veio aqui dizer: «Eu bem avisei. O Valorágua era um risco.» Então, temos de descobrir.

Por isso, tinha de se basear em alguma coisa — e eu gostava de saber em quê — para que, quando chegou ao Governo, dizer: «Nós vamos renegociar CAE e CMEC. Porque o que nos foi dito foi que CAE e CMEC eram completamente nulos, era mera liberalização do mercado, transposição de um modelo para o outro, as taxas de juro... Era o equilíbrio, era neutral. Portanto, se assim era, porque é que se vai renegociar as supostas rendas excessivas?

Também tem de nos dizer quem, como e em que circunstâncias escreveu, no Memorando, que havia custos adicionais. Porque é que deu origem ao pedido... Se nos disser: «Está no relatório de Cambridge, está no relatório da ERSE, está numa auditoria feita pelo Governo, está em pareceres que o Ministério elaborou no aspeto *A, B e C*, Sr. Ministro, a sua participação nesta Comissão será relembrada para tempos imemoriais, porque senão fica só este tipo de resposta: «Já respondi», «A esta hora do dia já não dá muito jeito». Não fui eu que escrevi isso no Memorando de Entendimento. E nós estamos todos aqui a lavrar numa busca de rendas excessivas que não conseguimos identificar onde.

E, depois, vamos dando conta — e a pergunta foi-lhe feita, mas não me respondeu... Eu concordo com o *mix* energético. O CDS apoia toda a política energética nacional. O que queremos saber é se fomos longe demais. Até podemos ter de decidir que não devia ser o contribuinte a pagar, mas através do Orçamento do Estado. O Dr. Peças Lopes perguntou aqui: «Então, não é preciso inovação tecnológica? Como é que se conseguem esses objetivos se não chamarmos o contribuinte a pagar? Ou, então, paga o Orçamento do Estado.» Os instrumentos podem ser diferentes, mas não me parece que houvesse formas de ir de outra maneira.

Agora, quando olhamos para a decisão do domínio hídrico público, quando olhamos para essas portarias — e só estou a falar dessas portarias e todos fizemos perguntas sobre elas —, gostávamos de perceber o racional. E

o racional foi: «Já respondi a essa questão» e, por deficiência minha, seguramente, continuo sem perceber o racional dessas portarias.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar às respostas do Sr. Ministro, pergunto aos diversos grupos parlamentares se querem fazer uma terceira ronda ou usar os 2 minutos.

Pausa.

O Grupo Parlamentar do PSD faz sinal que quer usar da palavra na terceira ronda.

Havendo só um Deputado inscrito, pergunto se posso dar de imediato a palavra a esse Sr. Deputado e só depois o Sr. Ministro responde em conjunto.

Pausa.

Uma vez que ninguém se opõe, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, que dispõe de 3 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Sr. Dr. Vieira da Silva, em diversos momentos, invocou aqui a falta de lembrança para, dessa forma, não responder a muitas questões que lhe foram colocadas.

De igual modo, como forma de resposta, ofereceu uma resposta do tipo «essa resposta já foi oferecida por outros depoentes».

No entanto, também foi dizendo a esta Comissão que assumia todas as opções e todos os atos e decisões tomadas quer pelo seu Secretário de Estado, Dr. Carlos Zorrinho, quer por aquelas decisões e opções tomadas em conselhos de ministros da qual participou.

Tendo em conta tudo isso e tendo em conta que também não revogou nenhuma das decisões dos anteriores titulares da pasta da energia, somos forçados a concluir o quê, Sr. Dr. Vieira da Silva?

Desde logo que o Governo que o Sr. Dr. Vieira da Silva integrou em 2007 privatizou 19% do capital da REN e pretendia promover, a curto prazo, privatizações adicionais de modo a reduzir a posição do Estado a 20% do capital da REN. Mais à frente, haveria de ser os 100%.

Em segundo lugar, o Sr. Dr. Viera da Silva é corresponsável pela publicação da Portaria n.º 542/2010, da qual resultou um benefício extraordinário para os acionistas da REN de cerca de 20 milhões de euros/ano e, concomitantemente, um prejuízo ou um sobrecusto de igual valor aos consumidores de energia.

Em terceiro lugar, o Sr. Dr. Vieira da Silva reconhece que a receita dos leilões do plano nacional de barragens, no montante de 600 milhões de euros, deveria reverter para a redução da dívida tarifária.

Mais: disseram-no publicamente nessa altura, mas isso não aconteceu. Deduzo, portanto, que, à época, enganaram os portugueses.

Finalmente, o Sr. Dr. Vieira da Silva é também responsável pelos efeitos produzidos pelo Decreto-Lei n.º 264/2007, não porque fosse o seu autor, mas porque este decreto-lei previa que a sua regulamentação se fizesse por portaria. E essa portaria é do tempo do Sr. Dr. Vieira da Silva enquanto ministro da energia, porquanto a mesma foi publicada no dia 20 de agosto de 2010 e os termos em que se previu aí o instrumento de garantia de potência gerou um agravamento de custo na ordem dos 60 milhões de euros/ano que,

multiplicado por 10 anos, conduz a um pagamento de 600 milhões de euros por parte dos consumidores de energia.

Sr. Dr. Vieira da Silva, por muito que não se recorde, não tendo revogado nada e assumindo responsabilidades em todos os atos e opções quer dos anteriores titulares da pasta quer daqueles que estavam na sua dependência hierárquica, politicamente falando, naturalmente, o senhor também é responsável por esses 600 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vieira da Silva, que dispõe de 23 minutos — tempo indicativo — para responder às questões que foram colocadas nas segunda e terceira rondas.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Começo por agradecer as questões que foram colocadas.

Em primeiro lugar, gostaria de começar pelo fim e dizer uma coisa muito simples: quando me perguntaram sobre debates em conselho de ministros que se passaram há 10 anos, apenas referi: «Não tenho a certeza de tudo o que foi dito nesses debates». Foi a única situação em que eu disse isso.

Vir agora, no fim deste debate, criar uma imagem e afirmar que eu estive aqui a dizer: «Não me lembro», «Não me lembro», não. Eu lembro-me, eu responsabilizo-me, eu assumo todos os atos políticos que foram tomados durante o período em que fui ministro da economia e da inovação. Todos! Aqueles que foram assinados por mim e aqueles que foram assinados pelo Sr. Secretário de Estado que estava sob a minha dependência.

É muito bonito, é muito interessante vir aqui com essa ideia de que houve um exercício de esquecimento. Não houve exercício de esquecimento nenhum! Assumo integralmente todas as dimensões dos atos que... Não estou a dizer — seria da minha parte absolutamente absurdo, seria de uma pesporrência inaudita — que tudo o que foi feito ou decidido por mim está

imaculado ou isento, mugido de qualquer líquido misterioso que fazia com que tudo o que foi decidido foi bem decidido, exatamente na medida certa e no momento exato. Seria absurdo dizer isso.

Agora, não venham para aqui com a conversa de que eu estive aqui a fazer um exercício de esquecimento, que não fiz. Eu fui ver o que tinha decidido. Tenho aqui a lista de todos os atos que tomei e assumo-os integralmente. Atos que foram no sentido, apenas nesse sentido — para responder à pergunta que o PCP me fez — que eu disse que a política que segui era uma política de continuidade. Todos os atos foram no sentido de concretizar os eixos da política energética que visavam objetivos de redução da dependência de aumento da sustentabilidade, diversificação das fontes de abastecimento energético e de melhoria da nossa situação estratégica nessa área que considero — acho que todos consideramos — crítica, do ponto de vista do passado, do presente e do futuro do País.

O Sr. Deputado Buno Dias perguntou como é que eu avaliava a política e as opções políticas que tinham sido desenvolvidas pelo Governo. Obviamente que não vou repetir a frase «acertar no *Totoloto* ou no *Euromilhões* no dia seguinte», vou dizer que, como é óbvio, basta olharmos — e não vou maçar-vos a esta hora da noite com número —, a produção elétrica em Portugal entre 1995 e 2005 cresceu 48%. Nos anos seguintes, nem de perto, nem de longe isso aconteceu.

Portanto, o quadro de procura de energia que existia — e isto num cenário em que a relação entre produção elétrica e consumo global de energia se alterou, de alguma forma, ainda que não radicalmente, como é óbvio... Opções políticas que foram feitas num quadro de projeção da procura que, infelizmente para todos nós, não se veio a concretizar, têm de ser avaliadas à luz dessas projeções. Quando alguém diz que se investiu demais, que se foi longe demais, que se tinha boa vontade demais, está a esquecer que algumas das decisões nem sequer foram concretizadas, e lembrei o caso da rede de

biomassa. Recebi muitos contactos a dizer que era preciso elevar a remuneração. Só que isso era absolutamente impossível, porque a procura que existia para a biomassa, até externa — estamos a falar de uma altura em que exportávamos biomassa para *pellets* para Itália... Para colocar a produção elétrica com a biomassa, com esse tipo de procura, em valores que fossem atrativos para os investidores, tornava insustentável o sistema e, por isso, ainda que necessárias — e hoje percebemos melhor do que na altura como era necessário esse tipo de investimento —, não houve condições para as concretizar. Mas a política é feita destas coisas. É feita de tentativa e erro, desde que exista uma opção estratégica que seja sustentável e defensável.

Os Srs. Deputados, esta Comissão, tenho toda a confiança, vai descobrir e chegar à conclusão de se, neste processo, existiram rendas excessivas ou não.

Aquilo que está escrito no Memorando de Entendimento é o que lá está escrito, nas condições em que ele foi redigido. Nem nessa altura nem hoje faz prova de verdade. Do que faz prova é que aqueles documentos foram redigidos pelos atores políticos que os subscreveram nas condições políticas que existiam. Dispensamo-me de as descrever, todos nós as conhecemos.

Se me perguntarem se eram aquelas as opções que eu considerava as mais adequadas, digo que não, que algumas delas não subscreveria. Se me perguntarem se fiz parte do Governo que as teve de subscrever, é verdade. Mas quem não o faria na situação em que Portugal vivia? Cada um assumiu, nos diversos momentos, as suas responsabilidades.

Quando disse que neste período a política que foi seguida foi uma política de continuidade — e volto a repetir —, estou a referir-me à tentativa de concretização dos eixos, dos objetivos e dos resultados dos instrumentos de planeamento que foram sendo produzidos, nomeadamente na Estratégia Nacional da Energia, que tem lá objetivos para a incorporação de renováveis, para a eletricidade, para a descarbonização, para um conjunto de metas que

foram definidas e que, obviamente, tinham a ver também com compromissos internacionais que foram sendo construídos.

A utilização das sucessivas referências que fiz aqui ao facto de um conjunto destas decisões terem a ver com os compromissos que Portugal quis assumir no âmbito do mercado ibérico de eletricidade não foi uma escapatória, e tentei explicar porquê, por que é que, na perspetiva que o Governo tinha na altura — e que, nesse aspeto, continuo a subscrever —, a existência de um mercado alargado de eletricidade é condição essencial para a construção de um *mix* energético alternativo.

Tentei explicar, na minha visão limitada e, ainda por cima, afastada destes temas há uns tempos, porquê. É que este *mix* energético tem de combater — perdoem a expressão — um adversário económico com uma elevada mobilidade e, portanto, se se vai bater fechando-se nas suas fronteiras, com instrumentos sem mobilidade, tem muito mais dificuldade em vencer, em ganhar o seu espaço. Por isso é que a passagem dos Pirenéus, a ligação a França e à Europa Central são aspetos decisivos para equilibrar um *mix* energético alternativo, que faça baixar a nossa fatura energética e, ao baixar a nossa fatura energética, nos auxilie a cumprir as metas ambientais, climáticas, e as metas de descarbonização.

É nesse sentido que falo de continuidade e é nesse sentido que falo do MIBEL.

Estou disponível, naturalmente, para levar em consideração que algumas dessas decisões poderiam ter sido tomadas num sentido distinto, diverso. Apenas quis esclarecer algumas coisas que foram sendo ditas, perguntadas ou até insinuadas.

Na minha perspetiva, e é essa que aqui trago, tive responsabilidades na criação da tarifa social da eletricidade, na sua primeira geração, chamemos-lhe assim. Não fiz, nunca estive na minha cabeça nem em nenhuma negociação, qualquer articulação de género compensatório com a

questão da garantia de potência mas, sim — assumo essa compensação —, com aquilo que eu achava ser uma pressão potencialmente crescente sobre a tarifa e a necessidade de desagrar, para esses grupos sociais, essa tensão e essa pressão. Gostava de o deixar de forma muito clara, porque não penso que, do meu ponto de vista, possa restar alguma dúvida acerca deste aspeto.

Relativamente às consequências que forem identificadas em termos de custos para os consumidores, domésticos nuns casos e domésticos e industriais noutros, volto a dizer que a opção de integrar as receitas oriundas de concessões a produtores elétricos como receitas do orçamento do Estado é uma opção perfeitamente legítima. E é ainda mais legítima num momento em que Portugal tinha enormes dificuldades de financiamento externo. Portugal e outros países! Não estávamos sozinhos! Estávamos numa altura em que o sistema financeiro internacional tinha extrema dificuldade em responder às necessidades de financiamento das diversas economias.

Por isso mesmo, não houve aqui nenhum engano aos portugueses, houve... Atenção: tenho alguma dificuldade, com sinceridade, em fazer esta distinção, quase em categorias, entre uns portugueses que são consumidores de eletricidade e outros portugueses que são contribuintes.

Receita do Estado é aquela receita que entra para os recursos públicos em alternativa a outra, nomeadamente, ou o endividamento ou os impostos pagos pelos portugueses, pelos contribuintes. Portanto, não houve aqui nenhum desvio de função do ponto de vista global, houve uma opção condicionada pelos momentos que vivemos.

Sinceramente, não sigo uma espécie de lógica da causalidade regressiva que aqui aparece nalgumas mentes, que é tentar explicar o que aconteceu antes pelo que aconteceu depois, ou seja, explicar as decisões que foram tomadas porque... Não tenho essa tese.

De facto, podemos discutir a concretização da garantia de potência como ela foi feita. Já tentei explicar porque é que ela foi concretizada, assumi

porque é que ela foi colocada no quadro legislativo, ou seja, foi colocada no quadro legislativo como instrumento de garantia, como o nome indica, para assegurar a transição em segurança do *mix* energético sem riscos de rutura no abastecimento. Depois, vêm dizer: «agora, prova-se que não houve riscos de rutura nesse abastecimento porque o consumo faz-se com a capacidade produtiva que tínhamos.»

Gostava de ser assim tão otimista e não prever problemas e dificuldades para o futuro, face a algum desinvestimento que existiu no sistema eletroprodutor ao longo dos últimos anos, mas isso o tempo se encarregará de demonstrar. Espero que não, espero que estejamos a tempo de resolver problemas. Já não estamos é a tempo de renovar, como, eventualmente, seria necessário, o nosso parque de produção de renováveis, que nalguns casos já têm tempo, mas esse seria um tema que não me compete abordar agora. É um problema da modernidade. É que a modernidade envelhece com muita rapidez e, se calhar, somos dos países cuja idade média dos geradores eólicos, por exemplo, é mais avançada, relativamente a todos os países que estão na linha da frente da produção eólica.

Essa imagem de que a garantia de potência não era necessária porque não foi... Não foi neste quadro de procura energética que é completamente distinto daquilo que foi programado quando estes instrumentos foram criados.

Se eles foram excessivos? Posso admitir, à luz do que aconteceu depois e à luz do que foi o comportamento da economia, da procura e dos consumos que, provavelmente, teria sido possível uma outra política, mas, quando se decide, decide-se com base num quadro de informação que é o que nos está acessível e não naquele que só os mágicos possuem, que é a capacidade de prever o futuro de uma forma desligada da realidade.

Não creio que quando as principais opções foram tomadas em matéria de investimento nas renováveis as previsões de consumo energético fossem

consideradas excessivas, nem tenho ideia — mas aí a minha memória pode falhar, admito — que tenha havido advertências públicas nesse sentido.

É certo que sempre houve quem defendesse outras alternativas e outros *mixes*, nomeadamente com outras fontes de energia primária, por exemplo com o nuclear.

Mas essa é outra discussão e o País não fez essa escolha. E do ponto de vista político-partidário ninguém a apresentou, porque sabia que o País não a aceitaria nem tinha condições para a concretizar. Portanto, esta era a via que nos restava se quiséssemos apostar.

O nuclear faz diminuir a dependência energética, sem dúvida, pelo menos durante um tempo, até à altura em que se começam a desarmar as máquinas, como alguns países estão a fazer agora, mas tem um conjunto de consequências que um país como Portugal, com a sua dimensão, julgo que não estava nem preparado nem em condições políticas, sociológicas, económicas e sociais para suportar, independentemente da opção que cada um de nós possa ter por essas alternativas.

Portanto, o *mix* era este. Se ele exigia mais ou menos instrumentos de estímulo ao investimento, de facto, quem tenta avançar, quem tenta, não digo ser pioneiro mas, pelo menos, estar na primeira linha, tem mais custos do que os que são os seguidores. Isso é reconhecido. Mas também tem vantagens quando a próxima transformação acontece e acho que nós estamos, de alguma forma, a beneficiar dessas vantagens. Temos hoje mais oportunidades de apanhar as novas ondas do que tínhamos se não tivéssemos feito o investimento que fizemos nas energias renováveis.

Que há rendas excessivas na energia, claro que as há, nomeadamente à escala global. Há quem produza energia e a venda no mundo inteiro com rendas brutais face àqueles que têm de trabalhar na margem. Essas também me preocupam, porque temos de sair dessa posição de estarmos sob a imposição de margens que não temos nenhuma possibilidade de controlar.

Tê-la-emos sozinhos, com uma alternativa energética? Não sei, mas temos de tentar, e temos de tentar, nomeadamente, em articulação com os mercados que nos estão próximos, não apenas do ponto de vista elétrico, do ponto de vista do gás natural ou de outras fontes de energia, mas temos de fazer o nosso papel e foi isso que se procurou fazer.

O Sr. Presidente dirá se deixei muitas questões que foram levantadas por responder ou por focar. Procurei não o fazer. Repito: assumo integralmente as decisões pelas quais fui corresponsável. Isso acontece naturalmente em sede de Conselho de Ministros. É sempre assim.

Assumo aquelas que tomei como membro do Governo, resisto, peço desculpa, sendo atualmente — e a Legislatura está quase no fim —, membro do Governo, a exprimir posições sobre áreas governativas que não são hoje da minha responsabilidade, sobre temas da atualidade, por razões que compreenderão.

Tentei resistir ao longo desta audição a essa tentação para falar de hoje quando quem fala de hoje, pelo Governo de que faço parte, sobre energia não sou eu. Espero que percebam isso. Há aqui uma dimensão... Até porque cá virão e falarão o que entenderem.

Se não correspondi integralmente às perguntas que me fizeram ou às questões que queriam ver esclarecidas, penitencio-me...

O Sr. **Presidente**: — Se me permite, penso que só há uma questão das que foram colocadas e que tem sido recorrente no âmbito dos nossos trabalhos e a que o Sr. Doutor respondeu, mas convidava-o a ser mais claro. Tem a ver com a questão do Memorando e da terminologia utilizada pela primeira vez em documentos oficiais fazendo referência a rendas excessivas. Ou seja, isto aparece no Memorando, em 2011, mas não deixa de ser esta uma oportunidade, dado que nesse momento o senhor era o membro do Governo que tinha esta tutela, de percebermos como surge esta terminologia

e porquê, até porque estávamos no fim deste ciclo governativo e nós usamos a fita do tempo nesta Comissão.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É uma ronda especial, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Não é uma ronda especial, Sr. Deputado. Tenho sido um Presidente muito tolerante e que procura esmiuçar as questões. Estou aqui exatamente a tentar, porque acho que isto é um dado muito importante para o relatório.

Se o Sr. Deputado não concorda, amanhã temos uma reunião de Mesa e Coordenadores e questionará, com certeza, a forma como lidero. Mas agradeço-lhe que, da mesma maneira que o senhor diz o que muito bem entende e eu ouço, me ouça.

Isto porque a questão tem, de facto, este peso, como estava a dizer, e porque a pergunta feita foi: quem colocou esta expressão no Memorando de Entendimento? Foi esta a pergunta que o Sr. Deputado Hélder Amaral fez e que eu escrevi aqui.

O Sr. Doutor respondeu da maneira que entendeu. A pergunta que lhe faço como a todos os outros inquiridos é a da possibilidade de explicar melhor a resposta que deu a esta questão a que, ainda por cima, dou bastante relevância para os trabalhos desta Comissão, ao contrário de outros, como já vi!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não é nada disso!

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, a sua pergunta faz todo o sentido. Não tenho nenhuma dificuldade em responder-

lhe, ainda que a minha resposta, provavelmente, não agrade aos Srs. Deputados.

Mas tenho de dizer aqui, por respeito à verdade e à minha consciência, que não participei nas negociações com a troica. Não estive no grupo governamental que negociou com a troica e, portanto, não posso responder.

Esta Comissão tem a possibilidade de ter membros do Governo da altura que fizeram parte dessa negociação, que estiveram nessa equipa negocial, e podem fazer-lhes essa pergunta, sendo certo que o Memorando de Entendimento que foi assinado, entre Portugal e as instituições que o subscreveram, pelo Governo português, mas não apenas. Houve outros agentes e atores políticos que participaram na discussão e não chega perguntar ao Governo.

Posso dizer que não participei nesse debate, não participei nessa construção, portanto, infelizmente, não tenho condições para vos responder, porque é uma impossibilidade absoluta.

O Sr. **Presidente**: — A resposta foi clara e concreta e é isso que uma Comissão de Inquérito precisa para efeitos de relatório.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, no complemento da resposta do Sr. Ministro, é para lhe pedir que nos indique quem eram as pessoas do Governo que fizeram essa negociação para podermos inquiri-las. Isto porque, neste momento, não conhecemos exatamente a composição dessa equipa e, na verdade, ainda não estive na Comissão ninguém que a tivesse composto.

O Sr. Ministro é o primeiro do Governo da época que aqui vem. Portanto, pedia-lhe que indicasse quais são as pessoas a quem podemos fazer essa pergunta.

O Sr. Dr. **Vieira da Silva**: — Gostava de esclarecer que, ao dizer o que disse, não estou aqui a criar nenhum facto político. Estou apenas a dizer que, como sempre acontece, quando há decisões, os Governos criam equipas especializadas, criam equipas e eu não integrei essa. Não posso responder por essa razão, ainda que o Governo tenha assinado aquele Memorando. Fazendo eu parte daquele Governo, sou igualmente responsável pelo que lá está escrito.

Mas sobre quem é que avançou com a frase das rendas excessivas, não lhe posso dizer. Creio que... Posso tentar ajudá-los na pergunta que me fez...

O Sr. **Presidente**: — Não precisa. Peço desculpa. Se calhar, nem devia tê-lo deixado responder a esta pergunta, porque essa questão já foi respondida e é do conhecimento público que quem liderou na altura a equipa do Governo foi o Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, como foi aqui referido numa audição anterior por quem esteve a acompanhar os trabalhos, não pelo Governo, mas pela outra parte, no caso, o Prof. Eduardo Catroga.

O Sr. **Luís Moreira Testa (PS)**: — Por acaso era da mesma parte!

O Sr. **Presidente**: — A parte estrangeira.

Todos temos memória desses tempos.

Agradeço a todos e ao Sr. Dr. Vieira da Silva pelas respostas e pelos contributos que deu para estes esclarecimentos.

Amanhã começamos um novo ciclo de audições com um novo Governo e teremos connosco o ex-Secretário de Estado Henrique Gomes.

Desejo a todos uma boa noite, estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 30 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.